

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO

**O IMPESSOAL NO DIREITO: CRISE DO SUJEITO E DA PESSOA NO DIREITO
CONTEMPORÂNEO**

CURITIBA

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO

**O IMPESSOAL NO DIREITO: CRISE DO SUJEITO E DA PESSOA NO DIREITO
CONTEMPORÂNEO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Couto Machado Fonseca.

CURITIBA

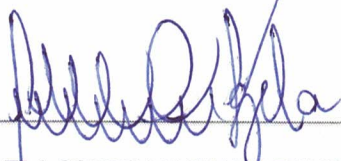
2018

TERMO DE APROVAÇÃO

GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO

O IMPESSOAL NO DIREITO: CRISE DO SUJEITO E DA PESSOA NO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

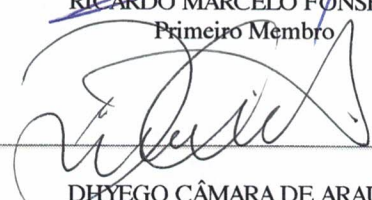


ANGELA COUTO MACHADO FONSECA
Orientador

Coorientador



RICARDO MARCELO FONSECA
Primeiro Membro



DHYEGO CÂMARA DE ARAÚJO
Segundo Membro

A meu irmão Gabriel, símbolo de tanta
beleza na vida, pelo peso de seu
significado na cidade de Curitiba.

AGRADECIMENTOS

Não existe razão nem beleza na conquista solitária. Não há razão porque não existe vitória sozinha, pois sempre há uma rede de responsáveis por adocicar as amarguras e tornar resiliente o ânimo vacilante. Também não há beleza porque de nada têm serviço os louros senão para compartilhar e recebê-los durante os aplausos. Mesmo nas proezas menores, com esta, o melhor é ter a quem agradecer.

Se este trabalho representa algum mérito e possui algum valor é porque tive o apoio da minha família durante a caminhada. Não apenas no percurso desta redação, mas em toda minha experiência universitária. Agradeço ao meu pai, Milton, por me conferir a oportunidade de sair de casa em busca de melhores estudos e na perseguição dos meus sonhos; graças a este apoio incondicional posso dizer com segurança que sou feliz. Agradeço à minha mãe, Andréa, pela confiança cedida nesta aventura, bem como pelo suporte emocional e pelos ensinamentos de vida, repassados com sua calma e inteligência inconfundíveis. A isso sou extremamente grato. Também presto agradecimentos a minha irmã, Giovanna, e ao meu irmão, Gabriel, por esboçarem íntimos sentimentos de responsabilidade e incentivos para superar as expectativas, na esperança de lhes ser um exemplo.

Ao lado da família, agradeço aos amigos que compartilharam, mais que os triunfos, os lamentos. Alice Lana, Beatriz Figueiredo, Bruno Kons, Carlos Eduardo Gonçalves Fernandes, Carolina Luz, Eric Monte-Alto, Gabriel Percegon, Giuliana Tirapelli, Michael Conradt, Thais Zillioto foram amigades em cujos abraços encontrei abrigo e acolhimento. Vocês são as pedras de toque do que sou. Pelas experiências que passei nessas companhias, todas sempre muito ricas, agradeço sem economizar.

Também ofereço homenagem à Profa. Dra. Angela Couto Machado Fonseca, minha orientadora, responsável primeira pela feitura deste trabalho de conclusão de curso. Agradeço pelos atentos comentários e pelos encontros elucidativos que tivemos desde a elaboração do projeto de monografia. O acompanhamento sempre muito diligente, rigoroso, mas pedagógico, está de algum modo refletido nas linhas que seguem, ainda que eventualmente não faça jus à orientação primorosa. Ao mesmo tempo, agradeço pela banca competente, formada pelo Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca e pelo Prof. Dhyego Câmara de Araujo, os

quais qualificam este trabalho com o rigor científico desejado em uma universidade pública.

Gostaria de dedicar, ainda, algumas palavras de agradecimento ao Programa de Educação Tutorial (PET-Direito), por haver me iniciado na pesquisa científica e me conferir oportunidades únicas dentro da academia. Agradeço especialmente à Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado, tutora do referido programa pelo tempo em que frequentei, em razão da dedicação ímpar e do esforço incansável na condução do projeto, bem como pela preocupação com todos os membros participantes, almejando sempre a felicidade pessoal e profissional de cada integrante. Também ao Juliano Glinski Pietzack, Claudio Roberto Barbosa Filho e ao Bruno Henrique Kons Franco - novamente - por serem próximos colegas de reflexão.

Por fim, aproveito a oportunidade para homenagear aquelas e aqueles que representam em mim figuras de inspiração profissional; exemplos de jovens e brilhantes advogados que, sem saberem, fazem-me sonhar. Agradeço ao Ramon Prestes Bentivenha, à Natalia Munhoz Machado Prigol, à Juliana Bertholdi, ao Vitor Leme e ao Henrique Kramer da Cruz e Silva, pessoas que me enchem com o entusiasmo de uma vida dinâmica e me forçam a perseguir uma sociedade mais justa e igualitária, pautada em ideias de justiça social. Este agradecimento é pelo muito que virá.

Das homenagens escapam muitos outros nomes a quem tributo esta singela conquista. A todos aqueles que, de algum modo, passaram por minha vida - paixões e desavenças - também agradeço neste momento.

RESUMO

O objeto deste trabalho de conclusão de curso é a crise do sujeito e da noção de pessoa na teoria do direito. Partindo-se da concepção que o sujeito não deve ser compreendido como uma abstratidade universal, mas como uma criação muito específica da modernidade, procurou-se, inicialmente, identificar as origens da subjetividade na história do pensamento e das instituições. Após a incursão histórica incontornável, observou-se a desconstrução do sujeito transcendental a partir de lentes foucaultianas, através da formulação do sujeito como fruto de uma série de práticas e relações de poder, bem como de contingências na formação discursiva. As práticas de poder, aqui, revelam uma série de processos de subjetivação e objetivação, agrupando os corpos em diferentes identidades, algumas supostamente indesejadas pela sociedade. Desse modo, avaliou-se como, em que pese haja uma pluralidade de sujeitos, certas vidas sofrem processos de desposseção, no qual as condições de humanidade são levantadas e se torna possível produzir a morte sobre tais corpos abjetos. Com efeito, mesmo no discurso biopolítico de gestão da vida, há a marginalização de determinadas identidades, expostas como ameaças ao espaço da comunidade. Para enfrentar essa problemática, levantou-se a tese desenvolvida por Roberto Esposito acerca do paradigma imunitário, a qual explica como a biopolítica pode ser expressar como política da morte (*tanatopolítica*). Adiante, notou-se que, ainda que já seja possível se afastar, no Direito contemporâneo, do forte vínculo com o sujeito de direito, admitindo-se uma pluralidade de subjetividades, persevera o dispositivo da pessoa, como responsável por tratar como coisa os indivíduos marginalizados. Nessa esteira, apenas o corpo, conforme exposto por Roberto Esposito, pode dar conta de superar a *summa divisio* entre pessoas e coisas que impera há tanto no pensamento jusfilosófico.

Palavras-chave: sujeito de direito; crítica do sujeito; dispositivo da pessoa; paradigma imunitário.

ABSTRACT

The object of this work is the crisis of the subject and the notion of person in the theory of Law. Starting from the conception that the subject should not be understood as a universal abstraction, but as a very specific creation of modernity, we initially sought to identify the origins of subjectivity in the history of thought and institutions. After the historical incursion, the deconstruction of the transcendental subject was observed from Foucauldian lenses, through the formulation of the subject as the fruit of a series of practices and power relations, as well as contingencies in the discursive formation. The practices of power here reveal a series of processes of subjectivation and objectification, grouping the bodies into different identities, some supposedly undesired by society. In this way, it was evaluated how, in spite of a plurality of subjects, certain lives undergo processes of dispossession, in which the conditions of humanity are let go and it becomes possible to produce death on such abject bodies. Indeed, even in the biopolitical discourse of life management, there is the marginalization of certain identities, exposed as threats to the space of the community. To tackle this problem, the thesis developed by Roberto Esposito about the immune paradigm was raised, which explains how biopolitics can be expressed as a politics of death (*tanatopolitics*). Later, it was noted that, even if it has already been overcome the strong concept of the subject, assuming a plurality of subjectivities, the device of the person has been maintained, as responsible for treating as a thing the marginalized individuals. In this way, the body, as exposed by Roberto Esposito, is the only thought that can account for overcoming the *summa division* between people and things that prevails so much in the jusphilosophical thought.

Keywords: subject of rights; critic of the subject; device of person; immune paradigm.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 1 O SUJEITO FICÇÃO: O FLORESCER DO SUJEITO NA MODERNIDADE E O CORPO POLÍTICO COMO SUJEITO.....	11
1.1 A PLURALIDADE DO MEDIEVO: O DIREITO DE CORPORações E A AUSÊNCIA DO INDIVÍDUO.....	11
1.2 MODERNIDADE TEÓRICA: FORMULAÇÕES DO SUJEITO NO PENSAMENTO FILOSÓFICO, NA POLÍTICA E NO DIREITO.....	15
1.3 MODERNIDADE INSTITUCIONALIZADA: OS DIREITOS SUBJETIVOS.....	21
 2 DESDOBRAMENTOS DA SUBJETIVIDADE: CRISE DA SUBJETIVIDADE POLÍTICA.....	26
2.1 SUBJETIVIDADE COMO PRODUTO POSITIVO DAS RELAÇÕES DE PODER: A PLURALIDADE DE SUJEITOS NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO.....	26
2.2 A SUBJETIVIDADE LIMITADA NA COMUNIDADE: BIOPOLÍTICA E SUJEITO NO PENSAMENTO DE ROBERTO ESPOSITO.....	40
 3 PESSOAS, COISAS, PESSOAS-COISAS E CORPOS.....	47
3.1 AS PESSOAS E AS COISAS.....	47
3.2 A INCONSTÂNCIA DOS CORPOS.....	57
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

INTRODUÇÃO

Um dos dilemas jusfilosóficos que se preservou com grande intensidade na história do pensamento jurídico é a divisão e diferenciação entre sujeito e objeto ou pessoa e coisa. Por vezes a separação se deu por exclusividade ao sujeito, relegando-se tudo aquilo que não é pessoa à esfera residual da coisa. A consequência dessa lógica dual, no que importa ao Direito, é que o *status* de pessoa ou sujeito é juridicamente tutelado, sendo este detentor de faculdades subjetivas a serem voluntariamente exercidas ou protegidas por garantias legais. Por outro lado, coisas não poderiam ser sujeitos de direito, na medida em que estão condicionadas a servir de gozo às pessoas. Existem hipóteses, contudo, em que a suposta barreira conceitual entre pessoas e coisas ou sujeitos e objetos se torna mais permeável e os contrastes se apagam.

Como será visto no primeiro capítulo, em breve retomar histórico incontornável, a primazia do sujeito efetivamente foi desconhecida ao medievo e a pluralidade de ordenamentos derivados das coisas imperava. Por sua vez, a modernidade paulatinamente conheceu o florescer da subjetividade, inicialmente de modo intelectual, através de Descartes, Kant, Hobbes e Grócio; após de modo institucional, com a consolidação dos direitos subjetivos. O breve passeio pela história do pensamento jurídico da subjetividade visa recolocar a noção de sujeito como um elemento característico de um período específico, fruto de inúmeras contingências.

Com efeito, a crítica ao conceito universal ou transcendental de sujeito, tal como defendido por intelectuais iluministas, será aprofundada no segundo capítulo. Após as tragédias humanitárias ocorridas no século XX, as promessas modernas de liberdade, igualdade e dignidade entraram em decadência no Ocidente, acompanhadas pelo argumento basilar do sujeito racional. Inúmeras escolas e diversos autores se debruçaram sobre a temática, cada quais com marcos teóricos específicos e nem sempre convergentes entre si. Diante da impossibilidade de investigar a totalidade das teorias, limitou-se o escopo à crítica da subjetividade moderna elaborada por Michel Foucault.

A empreitada de Foucault se dá na desconstituição do sujeito como um dado preexistente às relações e práticas sociais e na formulação de um novo sujeito, fruto

dessas relações e constituído por uma série enunciados, partes de um discurso de verdade. Como foi detalhadamente exposto nas passagens do segundo capítulo, a diversidade de enunciados, práticas discursivas e relações de poder produziria não um sujeito universal, mas a dispersão de subjetividades. No lugar de "uma subjetividade soberana", defende-se "diferentes formas subjetividade". Assim, para Michel Foucault, o sujeito estaria atrelado aos diversos enunciados constituintes do discurso, ou seja, ligado às relações de significação e produção de verdade.

O que se verifica, contudo, é que nessa pluralidade de subjetividades alguns corpos guardam consigo o *status* de pessoa juridicamente tutelado, ao passo que outros são rotulados como subjetividades desviantes, tornando-se cada vez mais objetos dos dispositivos de poder letais e passando a se colocar à margem da sociedade, aproximando-se do estrato das coisas.

Conforme será elucidado, o corpo do indivíduo será o *locus* onde são aplicadas e se desenvolvem as estratégias de constituição do sujeito, razão pela qual as características biológicas do corpo-espécie adotarão importância de destaque na governamentalidade contemporânea. De fato, tanto os ditos instrumentos disciplinares quanto as chamadas tecnologias biopolíticas têm como objeto o corpo vivo, ainda que em espectros distintos.

O corpo, portanto, será não apenas o espaço adequado para se identificar a crise do sujeito, mas será o caminho para romper a divisão dualista entre pessoa e coisa. Ignorado por este debate jurídico que caminhou indelével ao longo dos anos está o *corpo*. Tido como dado natural e evocado somente em momentos extremos como o nascimento e a morte, o corpo nunca contou com uma adequada definição jurídica.

Partindo-se do pensamento de Roberto Esposito acerca da *summa divisio*, o último capítulo, assim, destina-se a investigar o regime jurídico-filosófico do corpo no que tange ao dilema enunciado pelo regime da pessoa. Se por um lado a corporeidade é a zona de acesso e transmutação da pessoa para a coisa e vice-versa, é também possibilidade de extinção do *dispositivo da pessoa*, o qual apenas persevera violações de direitos àqueles indivíduos que jamais gozaram de tal *status* jurídico e caíram no tratamento da coisa.

1 O SUJEITO FIÇÃO: O FLORESCER DO SUJEITO NA MODERNIDADE E O CORPO POLÍTICO COMO SUJEITO

Objeto deste capítulo inaugural será a gênese ou o advento do sujeito na formação intelectual, política e jurídica da sociedade.¹ Essa investigação do sujeito será centrada em três momentos: (i) o período da ordem jurídica medieval, quando o sujeito não se destacava e o indivíduo só se realizava enquanto pertencente ao conjunto das ordens da comunidade; (ii) a modernidade intelectual, quando, através das formulações de René Descartes, Thomas Hobbes, e Hugo Grócio, o sujeito é formulado como axioma filosófico, político e jurídico; e (iii) a modernidade institucionalizada, quando a configuração do Estado e do Direito finalmente acompanham o pensamento moderno da subjetividade e este ganha materialidade.

Trata-se de uma primeira crítica na compreensão do sujeito como dado natural. A exposição das rupturas históricas, no que tange à fundamentação do corpo político, informa a exceção do sujeito na modernidade e sua posterior crise. Esse momento descritivo, portanto, não é em nada supérfluo, mas demonstra justamente o desenvolver da experiência moderna da subjetividade ao colocá-la em contraponto com a sociedade medieval.

1.1 A PLURALIDADE DO MEDIEVO: O DIREITO DE CORPORAÇÕES E A AUSÊNCIA DO INDIVÍDUO

Expor a ordem jurídico-política medieval em poucas páginas é um desafio quase imprudente. Dessa forma, para evitar a reprodução do senso comum ou verdadeiros equívocos historiográficos, o presente capítulo terá como escopo de investigação tão somente a presença (ou a falta) do sujeito e do indivíduo no “universo medieval”.²

A principal dificuldade desse momento é a ausência de um projeto político totalizante e onicompreensivo, ou seja, a ausência de um poder político forte e capaz de controlar a integralidade do fenômeno social. No período que antecede a

¹ Não se almeja traçar uma pesquisa exaustiva sobre a formação do indivíduo em todos esses campos, mas apenas um delineamento de sua importância e formação concomitante.

² A expressão “universo medieval” é utilizada por Paolo Grossi em: GROSSI, Paolo. *Justiça como lei ou lei como justiça*. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 27.

modernidade é difícil identificar um corpo social coeso e aglutinado, mas, ao revés, subsiste uma pluralidade de ordens, estratos sociais e infinitas figuras corporativas autônomas a um poder centralizador.³

A sociedade medieval e pré-moderna se configurava como uma multiplicidade de ordens cooperativas em que se situavam as pessoas. Da ordem cósmica organizada por Deus, todos os indivíduos possuíam uma justificativa transcendente e uma causa final para se integrar sob algum estrato social específico.⁴ No universo medieval não há o indivíduo em si mesmo considerado. Ao contrário, o sujeito só detinha significado quando exposto em relação aos demais participantes de uma mesma ordem. Das coisas e da integração com a totalidade advém o sentido do indivíduo no corpo político. O direito plural derivaria justamente da multiplicidade de costumes e da realidade *ôntica* presentes na comunidade, em paralelo e na indiferença do poder político.

Tais imperfeições do indivíduo e a perfeição da comunidade foram algo que permaneceram desde o tempo de fundação até a Idade Média sapiencial, sendo conduzida intacta no íntimo da sociedade medieval. Tal fenômeno prolongado pode ser demonstrado através de três textos diversos, reproduzidos cada qual em momentos distintos, nas palavras de grandes filósofos-teólogos. Santo Agostinho, Hugo de São Vitor e Santo Tomás de Aquino formam três consciências sensíveis e profundamente impactantes em relação às certezas antropológicas daquela sociedade.⁵

Para Santo Agostinho, a criatura humana, produto da bondade divina, vive no tecido de uma realidade belíssima (*ordinatissima pulchritudo*) e perfeitamente ordenada. Essa ordem existe em todos os espaços, do alto às profundezas da comunidade, ininterruptamente, nas mais variadas dimensões. Estar nesse ordenamento complexo impede a criatura humana de atingir a plenitude em si mesma e encontrar a beleza (*puchritudo*) presente no todo. Por isso, ao contrário, só é possível perceber o indivíduo quando inserido no tecido social que reúne e ordena

³ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 28.

⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho**: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2002, p. 31.

⁵ GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 93-94.

a multidão de entidades individuais em uma unidade harmônica. O indivíduo só encontra a realização se pertencer ao todo⁶

Ao se tomar como lente Hugo de São Vítor, há igual redução do indivíduo em face do todo. Para esse teólogo-filósofo, contudo, o foco não está na ordem belíssima (*ordinatissima pulchritudo*), mas na ordem hierárquica e na unidade orgânica (*universitas*) presentes na comunidade. Hugo de São Victor reconhece que, embora a "Graça atue nos indivíduos e para os indivíduos, é na *universitas* que encontra o terreno indispensável para se manifestar."⁷ *Universitas*, aqui, representa a organização que reduz a pluralidade de indivíduos à unidade da comunidade. Para que seja possível atingir a Graça, o indivíduo deve se fechar no interior da unidade e atender às ordens imputáveis à totalidade, abdicando de sua individualidade. Se a manifestação dos bens da comunidade só pode se desenvolver quando compreendidos na complexidade da ordem hierárquica, o mesmo ocorre com a Graça Divina, apenas passível de ser recebida quando a individualidade é um mero composto da unidade social.⁸

Em outras palavras, mesmo as diferentes ordens deveriam agir de forma harmônica no tecido social, cooperando conjunta e diferentemente, a fim de atingir o propósito cósmico comum: a vontade do criador. Atuar em seu próprio meio, consciente da unidade do corpo social era a garantia de realização do objetivo do pensamento cristão.⁹

Para encerrar as razões sumulares que evocam a imperfeição do indivíduo, tem-se que Santo Tomás irá elevar a multiplicidade das ordens sociais, mas sempre remetendo a uma complementariedade unitária essencial. Nas letras aquinianas, apenas Deus possui como atributo inerente a unidade. As demais criaturas por Ele criadas, no entanto, são as mais diversas para que as imperfeições de uma possam ser preenchidas por outra. Desse modo, conquanto haja imperfeições nas individualidades, o todo se aproxima da perfeição. O universo em totalidade participa mais perfeitamente da bondade divina do que outra criatura considerada

⁶ GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 93-94.

⁷ GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 95.

⁸ GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 95

⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição e nosso direito. No prelo.

individualmente. Aqui se evidencia com maior clareza o fio ininterrupto que une os demais teólogos-filósofos acima: o primado da ordem universal que se “impõe por força da perfeição do todo em relação à imperfeição de cada individualidade”¹⁰. Eis a consciência antropológica medieval permeada pela convicção fundamentada do indivíduo como criatura imperfeita e impossível fora do ordenamento natural.

Como se vê, a lacuna de um poder político central na maior parte da civilização medieval dá azo a uma psicologia coletiva na qual dois são os protagonistas: no plano abstrato, (i) a natureza cósmica, responsável por explicar as grandes razões teleológicas da vida comum; no cotidiano, (ii) a comunidade, onde se desenvolve o indivíduo nas complexas e múltiplas manifestações de cada ordem social.¹¹ Nada obstante isso, mais que significar uma relativa indiferença do jurídico ao político - importante reflexão, mas que foge do objeto desse estudo - a descentralidade de um poder soberano também coaduna com a fragilidade do indivíduo.

É com a nova figura do Príncipe que o ideal de indivíduo começa a despontar na estrutura social e desenhar um novo projeto político no qual é possível a absoluta solidão. “O novo Príncipe é, politicamente, o fruto de um grande processo histórico totalmente voltado a libertar o indivíduo dos laços em que a civilização precedente o tinha inserido”,¹² laços de dependência da comunidade e incompletude do ser isolado.

Paulatinamente, mas em ritmo constante, a indiferença da estrutura social ao poder político-jurídico é substituída pela centralidade do Príncipe. Esse fenômeno, contudo, ocorre sobretudo em nível geral antropológico. A imperfeição do indivíduo deve ser substituída pela confusão entre Rei e Deus, para que o sujeito político encontre em si mesmo as justificações, motivos e finalidades de seu poder. O novo Príncipe encerra o diálogo presente entre natureza e realidade, mas enunciará

¹⁰ GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014, p. 97

¹¹ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 28.

¹² GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 34

somente a sua vontade.¹³ Enquanto indivíduo, o Príncipe se basta e o corpo político, antes multiforme, é substituído por essa figura do ideal de indivíduo.

No âmbito jurídico, o mesmo ocorre. O pluralismo jurídico é reduzido à vontade legiferante e unitária do Príncipe. Na França do século XI ao século XVIII, principal laboratório historiográfico, haverá uma necessidade constante em se extinguir as diversas ordens sociais e jurídicas por uma psicologia invasiva e com um envolvimento sempre maior na produção do direito. É o período em que se forma a impressão de essencialidade do Príncipe na participação do direito, na exigência sempre maior da atuação como legislador. A partir de então ganhará mais espaço a formação do corpo político através do indivíduo, como se verá na sequência.¹⁴

1.2 MODERNIDADE TEÓRICA: FORMULAÇÕES DO SUJEITO NO PENSAMENTO FILOSÓFICO, NA POLÍTICA E NO DIREITO.

Para Ricardo Marcelo Fonseca, pode-se dividir a emergência da modernidade em duas lentes de estudo: a primeira seria a "modernidade teórica", da qual erige a centralidade do sujeito na filosofia e na fundamentação política; enquanto que a segunda pode ser nomeada por "modernidade institucionalizada", quando a configuração do Estado e do Direito finalmente acompanham o pensamento moderno e este ganha materialidade.¹⁵

Pode-se situar como berço dessa primeira fase moderna o nominalismo jurídico de Guilherme de Ockham, no século XIV. É na Escola Franciscana e com a *querela dos universais* que o individualismo, ainda que tímido, começa a figurar no plano ideal de uma teoria jurídica. Ockham coloca em crítica o mundo tomista no qual tudo o que existe possui generalidades comuns com outros objetos, podendo a natureza ser classificada conforme gêneros, espécies, causas formais e finais. Ockham questiona justamente os predicados generalizantes aos quais eram atribuídos os sujeitos e separa o individual de seu entorno. Em outras palavras,

¹³ ¹³ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 36

¹⁴ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 37

¹⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

troca-se o universal pelo particular, a ordem pelo indivíduo. Em vez de se primar pelo grupo, o nominalismo tende a conceber os atributos da organização social como meras “qualidades” do sujeito individual. “Na interpretação de Ockham, só os indivíduos existem: só Pedro, Paulo, aquela árvore, aquele bloco de pedra são reais, só eles constituem “substâncias”.¹⁶

Se apenas o sujeito isolado existe, também o Direito deverá partir do sujeito, visto que doravante não se encontram presentes as ordens de onde se evocava a pluralidade de *iurisdictiones*. Assim, o novo esforço da ciência e filosofia será de descrever a extensão das faculdades jurídicas do indivíduo, bem como suas qualidades e direito individuais. Como Guilherme de Ockham reconhece apenas objetos de conhecimento singulares, também o Direito deveria estar presente nessas singularidades. Há uma tendência dos particulares se livrarem de sua relação com o mundo e passarem a exercer livremente suas faculdades.¹⁷

Consequência disso é que a “nova compreensão jurídica sobre as relações entre as pessoas e as coisas começa a ser pensada a partir do ângulo do indivíduo e da sua vontade, e não mais partindo das coisas e suas utilidades”.¹⁸ Lampeja-se, na *querela dos universais*, as noções de *positivismo jurídico* e *direito subjetivo*. O Direito encontra lastro no sujeito.

Se o indivíduo aparece em linhas gerais com as letras de Guilherme de Ockham, é com René Descartes que o sujeito ocupará o fundamento da Filosofia. O método científico-cartesiano posiciona o sujeito como condição e protagonista do ato de conhecer, visto que a dúvida hiperbólica encontra o limite no sujeito pensante.¹⁹

Explica-se. Para que seja possível alcançar a verdade pelo método cartesiano, é preciso duvidar de tudo, inclusive das certezas iniciais que o espírito e os sentidos consideram evidentes. Somente após enfrentar e atravessar cada questionamento com o uso da razão, após colocar todas as ideias em dúvida, que

¹⁶ VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 229.

¹⁷ VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 281.

¹⁸ STAUT JÚNIOR. Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado), Setor de Ciências Jurídicas Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito: Defesa: Curitiba, 2009, p. 52.

¹⁹ DIAS, Rebeca Fernandes. **Pensamento jurídico moderno e seus desencontros com a biotecnologia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012, p. 68.

se extrai um núcleo de certeza. O limite, porém é a dúvida da dúvida: se o sujeito duvida que duvida, só pode fazê-lo pensando a partir da dúvida inicial. “Descartes, portanto, chega a um ‘ponto fixo’ indubitável e que não pode ser objeto de dúvida: a consciência que duvida e, por consequência, que pensa.”²⁰ Essa consciência enquanto ser pensante não pode ser colocada em dúvida. Eis a interpretação de um dos mais notórios brocados filosóficos, a saber, se duvido penso; se penso, existo.²¹

O pensamento tem seu limite na existência do sujeito e o sujeito não existe senão através da razão. “A definição do homem feita pelo *cartesianismo* era a de ser *racional*: ser que buscava a verdade através da razão; ser que, intelectualmente, não se dobrava senão à evidência racional.”²² Muito embora Guilherme de Ockham já tenha pensado o homem tomado isoladamente ao introduzir o *nominalismo*, o caráter gregário do homem é decididamente afastado com Descartes. De fato, constada a necessidade de encontrar a verdade através do método reflexivo e de agir racionalmente, a sociedade chegava a parecer um obstáculo ao indivíduo, pois nela não seria possível dar livre curso ao impulso racional sem se chocar com a ação dos outros.²³

Igualmente, com a noção da consciência partindo de um *eu pensante*, afasta-se a construção da verdade a partir de elementos divinos. Dessa ruptura, o sujeito será o início de todas as reflexões acerca dos questionamentos enfrentados e dos problemas encontrados na realidade. Fala-se de um novo fundamento filosófico. “A filosofia da consciência, da razão, é o discurso da filosofia da modernidade que tem o seu ponto de inflexão precisamente nessa concepção de subjetividade, definida a partir destes fundamentos.”²⁴

Em sentido similar também expôs Kant, através da noção de sujeito transcendental, ao colocar o Eu puro na ordem do *a priori*. Muito brevemente, o

²⁰ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

²¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

²² HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005, p. 302.

²³ HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005, p. 303.

²⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

sujeito seria condição inicial para apreensão do conhecimento tangível e acesso à razão. Desse modo, todos os indivíduos seriam formados por uma subjetividade universalmente válida. Esse *sujeito transcendental* estaria iluminado pelas luzes da razão humana capazes de o emancipar política, econômica e intelectualmente. Em outras palavras, Kant elabora a ideia do sujeito como entidade já dada, uma propriedade da condição humana e de seu conhecer e, por isso, desde sempre atuante no mundo. Trata-se de uma subjetividade descolada do espaço da contingência e reproduzida universalmente em mesmo conteúdo.²⁵

No âmbito da política, o sujeito floresce com o contratualismo. Para os contratualistas a fundamentação para a origem do Estado está no ato deliberado de sujeitos que, para a proteção de direitos naturais, resolvem se reunir em sociedade. Diz-se "direito natural" aquele preceito ou regra geral, descoberta pela razão, preexistente ao Estado e ao Direito. São direitos essenciais e irrevogáveis decorrentes única e exclusivamente da vida humana e aos quais o Soberano deve obedecer e proteger, pois estão presentes mesmo no *statum naturae*. A legitimidade do poder político, portanto, está no ato de vontade dos sujeitos racionais que a compõe. Nota-se postura nitidamente moderna dos contratualistas ao fundamentarem que o Estado surge porque assim deseja o sujeito.²⁶

É certamente na argumentação de Thomas Hobbes sobre a formação do Estado soberano que se encontra maior afinidade entre o corpo político e o sujeito. Aqui, o principal direito natural iluminado pela razão reflexiva é o direito à vida. Para preservá-lo, o homem teria a liberdade usar de fazer tudo o que estiver a seu alcance e julgar meio adequado para tanto. Ocorre que esse inexaurível desejo de preservação e satisfação condena os homens a um conflito potencial generalizado.²⁷ "A vida humana, se abandonada às suas forças internas, às suas dinâmicas naturais, está destinada a autodestruir-se, porque transporta dentro de si algo que a põe inelutavelmente em contradição consigo mesma."²⁸

²⁵ BACH, A. Michel Foucault e a Transposição arqueológica do sujeito transcendental Kantiano. In: **Kalagatos**, v. 4, n. 7, p. 33-66.

²⁶ SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 29.

²⁷ ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 74.

²⁸ ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 75.

Explica-se. Diferentemente de outros contratualistas, no estado de natureza hobbesiano os homens estão entregues às suas paixões, em condições de fazer tudo o que lhes aprouver para ter uma vida satisfatória, ainda que isso gere conflito. Porém, da competição, da desconfiança e da glória nasce a discórdia e, com ela, o conflito constante pré-social. Somando-se as paixões humanas, a propensão natural dos homens a se ferirem uns aos outros, bem como o direito de todos a tudo que lhes for necessário, vive-se um estado de guerra efetivada ou latente.²⁹

Se a guerra e o medo são naturais dos seres vivos, se são dados, então o estado de paz derivaria de uma construção. Para que a preservação da vida humana não redunde em sua autodestruição, constitui-se um ponto de transcendência da qual advenha ordem e proteção. Esse ponto é o Soberano: a criação artificial e voluntária da união dos homens que, cientes da fragilidade da vida e do estado permanente de medo em face do conflito potencial, decidem por instituir um sujeito com poderes ilimitados de vida e morte que represente e projete todo o corpo social.

Tal representação, contudo, é contraditória na medida em que o “representante - isto é, o soberano - é ao mesmo tempo idêntico e diferente em relação àqueles que representa. Idêntico porque está em seu lugar, diferente porque esse “lugar” está fora do alcance deles.”³⁰ Novamente, a formação do corpo político do Estado por um soberano é resultado da vontade racional dos sujeitos, os quais optam por limitar suas faculdades naturais a fim da garantia de segurança e estabilidade. Interessante notar como o termo “sujeito” é tomado em seu duplo significado quando da relação com essa soberania voluntária: os indivíduos “são seus sujeitos na medida em que a instituíram [a soberania] voluntariamente através de um contrato livre. Mas *lhes* são sujeitos porque, uma vez instituída, não podem resistir-lhe exatamente pelo mesmo motivo.”³¹ Por fim, diz-se que o Estado soberano nasce da vontade irrevogável dos sujeitos.

Mas há ainda outra aproximação entre o absolutismo - decorrente dos amplos poderes do soberano - e o individualismo - decorrente da primazia do sujeito

²⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

³⁰ ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 77.

³¹ ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 77. (grifo no original).

ante o corpo social: a relação entre poder soberano e direito individuais. Embora usualmente lidos como elementos inversamente proporcionais, segundo uma lógica na qual a ampliação do primeiro causa a restrição do segundo, isso não é verdadeiro. Ao contrário, ambos se implicam mutuamente, haja vista que os direitos individuais estão para limitar o poder soberano constituído pelos próprios indivíduos. Numa sofisticada toada historiográfica, vê-se que absolutismo e individualismo estão conectados num mesmo processo genético, não em contraposição ou exclusão.³² “Através do absolutismo os indivíduos se afirmam e se negam ao mesmo tempo: pressupondo sua pressuposição, eles se destituem enquanto sujeitos instituintes, a partir do momento em que o resultado dessa instituição não é mais do que aquilo que por sua vez os institui.”³³

Por fim, a modernidade teórica se apresenta no escopo propriamente jurídico da reflexão nas letras de Hugo Grócio. Grócio desempenhou um significativo papel na modernidade jurídica ao calcar o direito na razão humana. Alternativamente ao direito medieval, no qual a lei natural é atributo de Deus, Grócio conectou o direito ao indivíduo, à qualidade específica do homem. A preocupação em fundamentar o direito segundo a racionalidade humana aparece em diversos procedimentos: o primeiro está em estabelecer grandes divisões no direito - *ius civile* [direito dos Estados], *ius arctius* [direito dos pequenos grupos], *ius rectorium* [relações hierárquicas entre pais e filhos], o que denota um cuidado de sistematização e racionalização.³⁴

O segundo procedimento para a racionalização do direito está em sua própria definição como um conjunto de normas superiores que são apreendidas pela reflexão. A construção de Grócio era tornar o direito uma abstração tal e qual as figuras matemáticas, afastando-se dos particularismos. “Ou seja: de um lado a busca tenaz de certeza e de confiança racional no conhecimento e, de outro lado, o

³² SCHNUR, R. **Individualismo e absolutismo**, Milano, 1979 apud ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 79.

³³ ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 78.

³⁴ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

direcionamento do saber jurídico [...] para a abstração e sistematização que fujam das particularidade”.³⁵

Ademais, é o pensador holandês o responsável por vincular o direito ao sujeito. Grócio considera o direito como parte inerente do sujeito, intimamente ligado ao seu ser e somente exercido através de si. O direito, assim, se confundiria com um poder, uma pretensão exercida pela posição ativa e deliberada do sujeito. “É uma faculdade (*facultas*), um poder dispositivo que o sujeito exercita em nome de sua liberdade e que pode ser exercitado sobre as coisas e sobre a pessoa - é um direito próprio ou estritamente dito.”³⁶ Tão logo o sujeito é dotado de razão, também o direito se conecta a ele, sendo este uma qualidade moral para possuir ou fazer de modo justo alguma coisa. Mesmo quando o sujeito se relaciona juridicamente com as coisas - como ocorre com os direitos reais - isso seria apenas uma manifestação do agir ou possuir do homem através do direito.³⁷

1.3 MODERNIDADE INSTITUCIONALIZADA: O DIREITO TRADUZIDO COMO PODER SUBJETIVO

Muito embora a formulação do sujeito no plano das reflexões teóricas tenha começado já no século XVI e, paulatinamente, tenha ganhado espaço e influenciado outros pensadores, fato é que os reflexos institucionais tardaram para chegar. Estabelecer um método racional para a revelação da verdade no mundo, como desejou Descartes, ou fundamentar a criação do Estado como ato deliberado e volitivo do sujeito racional, segundo Hobbes, ainda que sejam divisores d'água no pensamento ocidental, não alteraram a realidade social imediatamente.

O Direito e as instituições permaneciam intactas: havia ainda uma multiplicidade de ordenações, cada qual com seu regramento, cientes dos desígnios divinos presentes na comunidade. O fundamento do Direito permanecia numa justiça cósmica, ainda que se percebesse uma atenção maior para os dispositivos escritos

³⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

³⁶ DIAS, Rebeca Fernandes. **Pensamento jurídico moderno e seus desencontros com a biotecnologia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012, p. 67.

³⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

e suas doutrinas, como ocorreu com a Escola dos Glosadores. Viam-se elementos de pluralismo jurídico e o protagonismo no intérprete em detrimento do legislador. Se é possível vislumbrar um viés radicalmente moderno nos pensamentos acima tratados, as instituições postas ainda se demonstravam pré-modernas.

Somente após a fase “programática e experimental”, tecnicamente a jusracionalista, a ordem política estadualista atinge sua fase institucionalizada. Fruto das revoluções que se seguiram no século XVIII e XIX o direito moderno irá se sedimentar na nova sociedade e romper com o sistema de múltiplas ordens - enxergado mesmo como sistema de privilégios - e garantindo sobretudo a igualdade formal entre os homens. “É no século XIX que se implementa (ao menos na tradição do *civil law*) o Estado de Direito, a tripartição dos poderes, a revolução no sistema de fontes do direito [...] e todos os princípios jurídicos ditos ‘modernos’. O século XIX é que, sob o prisma institucional, vê nascer a modernidade jurídica.”³⁸

Para compreender essas modificações jurídico-institucionais, é preciso tecer um panorama do terreno histórico oitocentista. Nesse momento, ao invés de trabalhar individualmente com o pensamento de cada autor revelante, opta-se por tratar do grande movimento *estatalista* (e seu correlato legalismo).³⁹

No primeiro movimento estatalista se percebe a formação dos Estados modernos e a emergência de uma nova figura de Príncipe (vide *supra* 1.1). A autoridade perde sua justificativa transcendental e é progressivamente desalojada de todos os vínculos sociais, religiosos, econômicos e pessoais, até se tornar o ente estatal burocratizado recém-criado. A novidade e estranheza em face ao período medieval está no monopólio da produção jurídica e na força em se controlar toda a manifestação social.⁴⁰

Há uma nova conexão entre esse Príncipe e a dimensão jurídica: “lentamente, mas incessantemente, a velha psicologia de indiferença em relação a grandes zonas do jurídico é substituída por uma psicologia extremamente atenta,

³⁸ FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna**: notas sobre a constituição de nosso direito. No prelo.

³⁹ SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 37.

⁴⁰ SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 38

uma atitude invasiva, um envolvimento sempre maior na produção do direito.”⁴¹ Ocorre algo absolutamente excêntrico ao medievo, uma sistematização e um programa na construção do direito através do Príncipe, na tentativa garantir a onipresença do jurídico de maneira organizada e eficaz.⁴² É o combate a pluralidade e autonomia das corporações.

Ao se referir a “Príncipe”, não está a se falar de um soberano individual ou pessoalmente considerado, mas de um Estado ilustrado a partir de uma figura central e que detém o monopólio do poder. Em outras palavras, o poder político emerge desse “*sujeito político*” com vocação totalizante, tal e qual o sujeito natural projetado pelos pensadores modernos. Provido da capacidade de externalizar o direito natural, “o Príncipe projetará sua vontade, perfeitamente definida e que encontra em si própria toda possibilidade de justificação através daquela que se tornará a mitologia máxima da modernidade: a lei”⁴³

A lei, então, assumirá protagonismo inconfundível no terreno moderno institucional. Já se falou de lei como desígnio divino (*lex*) ou objeto das ordens medievais; mas nada disso se relaciona com a compreensão de *loy*, a “volição autoritária do detentor da nova soberania e caracterizada pelos atributos da generalidade e rigidez.”⁴⁴ Michel de Montaigne de maneira ácida e realista faz a correta leitura da produção legislativa ao ressaltar o fundamento austero da lei: têm valor porque são leis, não porque são justas; e quem as obedece buscando justiça, não obedece devidamente.⁴⁵

Já não há mais espaço para a extração do direito das coisas e dos fatos tais como eles são. O direito perde seu caráter reificado e caminha para uma abstração conceitual, fruto de uma suposta boa-razão, mas balizada tão somente na autoridade de uma única autoridade legiferante. Decai o terreno dos costumes e das

⁴¹ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 37.

⁴² GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 37.

⁴³ SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 39

⁴⁴ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 38

⁴⁵ GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 38

razões externas ao direito, como a economia, e subsiste a artificialidade da autoridade, tão só porque é lei. Dessa fonte primária do direito se extrai o “fundamento místico da autoridade”⁴⁶

A presença da mitologia legiferante como expressão do justo e do injusto cria raízes ainda mais profundas com a Revolução Francesa. Longe de afastar o poder soberano pela degola dos monarcas, este poder político atinge sua forma plena no instituto legal, o qual é axiomáticamente identificado na vontade geral (*la volonté générale*). Justamente em razão disso, sustentará Paolo Grossi, a lei se transformará em único instrumento legítimo na produção do direito e objeto de culto, apesar de seu conteúdo.⁴⁷ Se é assim, o Estado é o único produtor do direito e a lei é sua única fonte.

Há, porém, mais um passo necessário para se compreender a relação do estatismo/legalismo jurídico e a subjetividade moderna. O absoluto silenciar das múltiplas fontes jurídicas e a redução da complexidade estrutural de outrora em prol da abstratidade simplista limitou os atores capazes de exprimir juridicidade. Nesse cenário, apenas dois são os sujeitos capazes de atuar criando relações jurídicas: o macro-sujeito político e o micro-sujeito privado.⁴⁸

Como visto, o Estado é teorizado a partir de um Soberano - o Príncipe ou o Povo, mas sempre uma entidade individual - capaz de exercer poder e externalizar a vontade através de um sistema fechado em torno da lei. No plano privado, porém, as relações estabelecidas entre os indivíduos se fundamentam igualmente numa ideia de vontade, qual seja, aquela decorrente da autonomia privada dos indivíduos.⁴⁹ Dito de outro modo, se a vontade pública era expressa em forma de lei, a vontade dos sujeitos individuais era traduzida a partir dos contratos firmados entre partes, com força de lei entre os participantes. Através do campo negocial dos contratos o sujeito de direito se realiza, criando situações jurídicas complexas com direitos e deveres que sujeitam ambos os pólos contratuais.

⁴⁶ DERRIDA, Jacques. Força de lei: o fundamento místico da autoridade. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes. p. 25.

⁴⁷ GROSSI, Paolo. **Primeira lição sobre direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

⁴⁸ SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 42.

⁴⁹ SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 43

É Friedrich Carl von Savigny quem irá expor com maior clareza a presença estrutural do sujeito no direito moderno, ao defender que o direito aparece no mundo real como um poder do sujeito. É justamente nos limites do direito que impera a vontade do indivíduo garantida pelo consentimento dos demais. Denomina-se direito subjetivo esse reinado da vontade, desse poder ou dessa faculdade de dar livre curso aos impulsos racionais do sujeito. “Estão, portanto, ligados à personalidade, à sua defesa, à sua conservação, ao seu desenvolvimento.”⁵⁰

O direito privado moderno irá operar como uma forma de combinar e harmonizar os poderes contrapostos que cada indivíduo tem de desenvolver sua personalidade e seus direitos naturais conforme a sua vontade. Dessa forma, os direitos subjetivos seriam definidos como *poderes da vontade do sujeito, garantidos pelo direito*. Exemplos frequentes nas sociedades ocidentais são o direito do credor exigir a prestação do devedor na relação obrigacional; e o direito de uso da propriedade (sem quaisquer contrapartidas sociais, nesse primeiro momento da modernidade). Tais direitos, fora outros, são exercidos tão somente com base na vontade do titular, sem gerar efeitos jurídicos sem a manifestação volitiva.⁵¹

Dessa definição se extrai elementos precisos da modernidade e incompatíveis com o terreno historicamente anterior: poder, indivíduo e vontade. Identifica-se o direito como *facultas* ao se trabalhar com Guilherme de Ockham; e direito como voluntarismo jurídico no pensamento hobbesiano, uma vez que a sociedade resultaria da somatória dos atos de vontade de indivíduos livres e titulares dessa liberdade, dispostos a renunciá-la em prol de um direito de segurança.⁵²

Se na juspublicística o direito moderno emerge da vontade soberana (legislativa) absoluta; se o monopólio da produção jurídica acaba com a pluralidade das fontes jurídicas e introduz um monismo jurídico no qual apenas o sujeito político detém o poder criá-lo; se há o primado da vontade legislativa racional sobre o costume; então o mesmo ocorre com o direito privado. O direito celebrado nas trocas capitalistas modernas tem lastro na vontade do sujeito, ao mesmo tempo em

⁵⁰ HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005, p. 306

⁵¹ HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005, p. 311.

⁵² SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 68.

que o sujeito detém o direito para usar conforme a sua vontade. O direito do sujeito é traduzido como direito subjetivo, para que o indivíduo, solitário e desprendido da comunidade, possa exercitar a emancipação prometida pelos espíritos oitocentistas.

2 DESDOBRAMENTOS DA SUBJETIVIDADE: CRISE DA SUBJETIVIDADE POLÍTICA

2.1 SUBJETIVIDADE COMO PRODUTO POSITIVO DAS RELAÇÕES DE PODER: A PLURALIDADE DE SUJEITOS NO PENSAMENTO FOUCAULTIANO

A imagem do sujeito racional e autônomo, basilar da modernidade, contudo, começa a se revelar precária a partir do pensamento filosófico do século XX.⁵³ Sobretudo diante do horror em face dos totalitarismos passados - mas também antes disso - todos tributários em alguma medida da razão moderna advém uma crise do sujeito transcendental. No campo intelectual, diversos são os movimentos que passam a denunciar a insuficiência, bem como as exceções e injustiças, do modelo proposto pelos teóricos iluministas.

O novo esforço filosófico caminha para um desprendimento do abstrato e a colocação do indivíduo enquanto dado concreto, ligado às particularidades de cada experiência social e cultural.⁵⁴ Sem dúvidas, surge desse cenário uma infinidade de estudos com a temática do sujeito, sendo irresponsável a abordagem rasteira e sem o devido zelo. Justamente por isso, optou-se neste trabalho por se verticalizar a

⁵³ Não obstante isso, já no séc. XIX se identificam críticas à subjetividade pensante em Shopenhauer e Nietzsche, bem como à composição do sujeito autônomo como base da representação estatal em Marx. Contudo, o século XX trará acontecimentos concretos que expõem a fragilidade da construção moderna.

⁵⁴ Tem-se, por exemplo, que os movimentos feministas irão expor a construção de um sujeito corporificado (*embodied subject*) e plural em sua sexualidade. Destarte, denuncia-se, primeiramente, a presença de um sujeito unitário e universalmente válido tido como o homem branco, europeu e racional. Ao contrário, explorou-se as dimensões corporificadas de gênero e sexualidade, bem como se mitigou a diferença estrutural entre razão e corpo, natureza e cultura, dando-se maior preeminência às construções e convenções sociais que habitam a pluralidade de sujeitos concretos. (REBUGHINI, 2014, p. 5) Igualmente, para os estudos anti-coloniais, identificou-se como a presença das ideias cartesianas de sujeito possuíam delimitação geográfica e cultural no mundo ocidental. Ao contrário, novos autores nascidos e difundidos para além das fronteiras ocidentais demonstraram como a conceitualização do sujeito no Ocidente não dá conta de se expressar através do modelo autêntico e unilateral em comento. Nesse sentido, Franz Fanon põe à luz como a estrutura abstrata da modernidade, através de um sujeito europeu politicamente emancipado, erigiu o discurso de dominação dos povos africanos e demais grupos tidos por subalternos. Tais estudos, contudo, mais que criticar a presença do sujeito abstrato kantiano, reúnem esforços para investigar o pluralismo de subjetividades dos povos colonizados.

análise da subjetividade proposta por Michel Foucault. De fato, a investigação detida nas obras de Foucault e seus leitores não apenas agrega coesão metodológica, mas possui uma razão qualitativa de escolha.

É que apesar da difusão do problema do sujeito na segunda metade do século XX, Michel Foucault o tratou de maneira vertical e elucidativa. Assim, autores posteriores, ao trabalharem com o mesmo objeto de estudo, ainda que com viéses distintos, permanecem influenciados pelo pensador francês e dele retiram boa parte de seus fundamentos. Desse modo, se há a expectativa de investigar a formação da subjetividade contemporânea, incontornável a exposição da obra foucaultiana.

A empreitada de Michel Foucault se dá na desconstituição do sujeito como um dado preexistente às relações e práticas sociais e na formulação de um novo sujeito, fruto dessas relações - sejam elas conflituosas ou harmônicas e constituído por uma série de práticas e dispositivos. A negação do sujeito transcendental passa, como se verá, pela ideia foucaultiana de *discurso* e *práticas*, ou por aquilo que Foucault designa por “formação discursiva”.

Entende-se por discurso o conjunto de enunciados capazes de formar uma unidade de compreensão de verdade em torno de algo. Tais enunciados, como as noções de *tradição*, *desenvolvimento*, *evolução*, *mentalidade* e outras, são as inúmeras locuções capazes de constituir uma verdade sobre determinado objeto. Nesse sentido, Foucault trabalha em quatro níveis diferentes sob a forma de hipóteses: (i) os enunciados formam um conjunto ao se referirem a um mesmo objeto; (ii) define-se esse conjunto pela forma dos enunciados e seu tipo de ligação; (iii) além disso, esses grupos de enunciados seriam definidos em função de seus conceitos permanentes que lhe dão coerência interna; (iv) porém, alterado o objeto de referência, os enunciados poderiam ser reagrupados em função da nova identidade temática. É dizer que cada objeto terá em si um conjunto de tipos de enunciação diferentes, que ora se relacionam, ora se distanciam com outros objetos. Assim, discurso é a unidade formada pelos inúmeros laços entre conceitos, saberes e escolhas temáticas que produz uma verdade socialmente reconhecida como válida.⁵⁵

⁵⁵ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 15

Ocorre que as condições pelas quais esses enunciados se aglutinam são alteradas em diferentes momentos históricos, tendo cada época um regime discursivo próprio de seu tempo. Ao modo pelo qual se dá essa reunião de enunciados, Foucault chama de "regras de formação discursiva"⁵⁶.

Com efeito, o exemplo caricato que melhor ilustra essa tendência ordenadora de enunciados é aquele trabalhado por Foucault no prefácio de *As palavras e as coisas*.⁵⁷ Toma-se o texto de uma suposta enciclopédia chinesa na qual

"os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação. i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas".⁵⁸

Há uma impossibilidade de se pensar a taxonomia acima com rótulos modernos, pois não se vislumbra uma única lógica de conexão entre um item da lista e seu subsequente, uma única justificativa que explique porque o agrupamento dessas rubricas tão singulares. Em termos modernos, o melhor seria que as categorias fossem absolutamente isoladas, já que o encontro é extravagante.

Pois o sentimento de mal-estar não está na impossibilidade de vizinhança das categorias, mas na constatação de que a desordem acima é, na ficção da enciclopédia chinesa, uma ordem possível. Significa então que tantas outras ordens, tantas outras conexões entre classificações, tantos outros discursos são possíveis nas heterotopias que compõem a história. O que se altera nas ordens contingentes é o espaço em que se constroem identidades, similitudes e analogias entre coisas diferentes e parecidas.⁵⁹ Trata-se, então, de se debruçar com atenção nas

⁵⁶ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 15

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. IX - X.

⁵⁹ Nem as palavras e nem as coisas são fixas o suficiente para carregarem uma racionalidade ou verdade própria, são as ordens contingentes das palavras que fazem ora umas coisas, ora outras serem objeto do saber. Também o sujeito, seja enquanto sujeito do conhecimento e detentor da razão que carrega o discurso, seja como objeto corpóreo/empírico de estudo, é aí afetado: sua racionalidade discursiva e seus modos de existência empírica não são realidades próprias e autônomas, mas reflexos da contingência.

aproximações e isolamentos de conteúdos concretos capazes de formar uma ordem entre as coisas.⁶⁰

Igualmente, o sujeito transcendental (racional e voluntarista) seria o resultado de uma formação discursiva própria da modernidade, composta pelos enunciados filosóficos, políticos e jurídicos. "Estranhamente, o homem - cujo conhecimento passa, a olhos ingênuos, como a mais velha busca desde Sócrates - não é, sem dúvida, nada mais que uma certa brecha na ordem das coisas, uma configuração, em todo caso, desenhada pela disposição nova que ele assumiu recentemente no saber."⁶¹

Por outro lado, se é certo que esses enunciados formam um conjunto coerente, tais elementos também podem ser vistos separadamente, a partir de seus traços distintivos. Como visto ao se tratar da ficção do sujeito, as escolas de René Descartes, Thomas Hobbes e Guilherme de Ockham formam uma unidade discursiva na qual o sujeito fundador da racionalidade é possível e universalmente aceito como válido, mas esses autores não repetem os mesmos enunciados e possuem conteúdos distintos. Dentro de uma suposta unidade discursiva há uma infinidade de elementos autônomos constituintes dessa formação.

Aí está o giro revolucionário na análise foucaultiana: "os diversos tipos de enunciação não remeteriam, assim à função unificante de um sujeito, mas, antes, manifestariam sua dispersão."⁶² O discurso que gera uma verdade universalmente válida é também o espaço em que o sujeito se desconstrói de sua forma transcendental e se revela como um produto dessas formações discursivas dispostas ao longo da modernidade. No lugar de "uma subjetividade soberana" - ora formada pelo sujeito individual, ora formada por alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, defende-se "diferentes formas subjetividade".⁶³ Assim, para

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. XV.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. XXI.

⁶² FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 17.

⁶³ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 17.

Michel Foucault, o sujeito estaria atrelado aos diversos enunciados constituintes do discurso, ou seja, está ligado às relações de significação e produção de verdade.

Ora, “se é claro, para ele, que o sujeito está preso a relações de produção e de significações, também é evidente que está preso a relações complexas de poder”.⁶⁴ É que a noção de poder para Foucault possui sentido próprio e se difere daquela concepção jurídica como algo que limita e reprime os que lhe estão submetidos, presente no aparelho do Estado. “Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz *não*”⁶⁵.

Por outro lado, o poder não opera somente como um peso que cerceia a liberdade, mas, ao contrário, como algo que permeia as relações e atua de maneira positiva a produzir comportamentos, induzir ao prazer, formar discursos e saberes. Enfim, é uma concepção mais ampla que identifica o poder no campo das práticas sociais. Esta segunda definição é detalhadamente trabalhada por Foucault, trata-se de uma nova “economia do poder”, espalhada de forma contínua, ininterrupta e em todo corpo social, sobretudo entre os indivíduos.

Fala-se de *relações de poder* presentes na malha social, onde o aparelho do Estado também está inserido, mas sem uma hierarquia em face das demais estratégias de proporções a operarem no plano micro. Há uma verdadeira descaracterização da relação vertical Estado-súdito e uma consideração de relações multidirecionais, com forças intersubjetivas, inclusive de cidadãos em face do aparelho estatal. As relações de força são exercidas de modo disperso e capilarizado na sociedade como um todo. Analisar essas operações implica partir dos menores mecanismos que têm uma história, das técnicas e táticas infinitesimais, para após examinar o modo como esses mecanismos de poder foram investidos e transformados até conduzirem a sistemas gerais de dominação. É um método ascendente de investigação.⁶⁶

⁶⁴ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 27.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 44.

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**, 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 281 - 282.

Com efeito, grande mérito no pensador está em se deter nas pequenas técnicas e táticas - mecanismos - historicamente utilizadas nas relações de poder e no modo como essas moldam o sujeito moderno através de processos de subjetivação e objetivação. Passemos a eles.

Primeiramente, os mecanismos de objetivação são aquelas intencionalidades de poder que permitiriam a constituição do indivíduo como um objeto, representado pela figura do corpo dócil e útil. São práticas dentro da cultura ocidental que fazem do ser humano uma ferramenta sem resistência às relações de poder e igualmente útil a elas.

Aqui é possível citar os mecanismos do chamado *poder disciplinar* - como o exame, a sanção normalizadora e a vigilância hierárquica - tipicamente destinados ao controle preciso do sujeito no detalhe de cada gesto, como recurso do bom adestramento. Há especial força desses mecanismos no decorrer dos séculos XVIII e XIX com o nascimento de instituições totais: a fábrica, o quartel, o hospital e, sobretudo, a prisão. Apesar dos breves apontamentos, não haverá verticalização desses tópicos.⁶⁷

De outro vértice, os mecanismos de subjetivação são aqueles presentes num processo de constituição do indivíduo moderno enquanto sujeito preso à sua identidade pela consciência de si. São mecanismos que criam subjetividades bastante distintas e heterogêneas, cada qual com características bastante próprias e avessas à ideia de um sujeito universal. O foco desses mecanismos é o próprio *si* presente no mundo e diferente dos demais. Reforça-se uma individualidade celular, apartada do conjunto social mas tendo este em relação distintiva. São as práticas internas à cultura responsáveis por categorizar o anormal e separá-lo do normal, por diagnosticar o louco, a histérica, o perverso e outras identidades supostamente díspares do corpo social. “Pode-se então dizer que o termo ‘sujeito’ serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação.”⁶⁸

O poder tal como exercido na contemporaneidade impõe uma verdade sobre o indivíduo, marcando-o com sua própria individualidade e forçando os demais a

⁶⁷ Vide FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

⁶⁸ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 27.

reconhecê-lo como tal. É um poder aplicado imediatamente à vida cotidiana, de modo a manejar o indivíduo em categorias próprias que, se por um lado destacam os traços distintivos de cada ser, por outro o separam da relação com o outro. A subjetivação aparece no momento em que o indivíduo é forçado a se ligar à sua identidade de modo coercitivo, tornando o indivíduo sujeito (subjugado) a si mesmo.⁶⁹

Fala-se então de tecnologias de subjetivação direcionados a dois eixos - o corpo humano individual e o corpo social - em um regime de relações de poder próprio da contemporaneidade: a biopolítica. Nesses termos, biopolítica seria o ingresso na política das características biológicas fundamentais da espécie humana, passando a integrar a estratégia geral de poder, disciplinando corpos e regulando a população. Assim, não apenas o aparato estatal e os mecanismos disciplinares ocupariam as relações de poder, mas o espaço do natural como um todo. Isto é, o nascimento, a morte, o fluxo de doenças e epidemias das populações, além de tudo aquilo que se funde com o biológico do ser humano. Biopolítica, portanto, é conjunto de mecanismos que dará conta do controle dos aspectos biológicos do corpo-espécie, não apenas do indivíduo, mas de toda população. Trata-se de uma forma de garantir certa estabilidade e segurança ao uso do poder pela via do natural.

Mas é crucial destacar que os processos de objetivação e subjetivação não operam de modo isolado em momento nenhum. Não há uma era exclusiva das tecnologias disciplinares, focadas à transformação do indivíduo em objeto dócil, tampouco um período restrito aos mecanismos de construção do sujeito refém de uma identidade a si atribuída. Pelo contrário, o que há é uma justaposição entre esses processos e seus respectivos mecanismos e estratégias, que, em conjunto, explicam a constituição do sujeito.⁷⁰

Daí porque separar “sujeito” de “indivíduo”, sendo o primeiro o termo para designar o indivíduo moderno, já preso à uma identidade constituída a partir das práticas de poder tidas como processos de subjetivação e objetivação. Numa palavra, sujeito é o indivíduo afetado pelo discurso, é o indivíduo em sua identidade

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 235.

⁷⁰ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 25.

fabricada. O sujeito nasce do indivíduo a partir de processos de subjetivação compostos por práticas internas aos enunciados discursivos. É dizer que o sujeito é produto das relações de poder. Não é dado definitivo na história, mas é constituído no interior dela. Não pode ser mais visto como núcleo universal do conhecimento de todo conhecimento e a fonte de manifestação da liberdade e da verdade. Muito pelo contrário, antes de origem e fonte da história, o sujeito é seu produto e efeito.⁷¹ Com essa noção de sujeito enquanto produto histórico das relações de poder, cabe seguir no aprofundamento da figura do sujeito na contemporaneidade.

2.2 O SUJEITO É UM CORPO: A SUBJETIVIDADE NA BIOPOLÍTICA FOUCAULTIANA

É com *História da sexualidade I: a vontade de saber*⁷² que Foucault inaugura o pensamento da biopolítica, ao considerar a passagem para o século XIX marco do regime de poder preocupado com os problemas próprios dos seres vivos enquanto população. Questões relativas à saúde, higiene, longevidade e natalidade serão a tônica da gestão da governança e os corpos dessa população o alvo por excelência.⁷³

Veja-se que há uma inversão com a soberania clássica. O poder soberano se estatuiria pelo direito de vida e morte de seus súditos. Isso significaria, numa extrapolação teórica, que o súdito não é nem vivo nem morto de pronto, mas depende da vontade do soberano que ou o deixa viver, ou o faz morrer. O súdito está numa posição neutra em face do soberano, aguardando que este diga àquele se tem o direito de estar vivo, ou se irá morrer. A vida e morte são efeito da vontade soberana. Este paradoxo ilustra uma questão de fundo voltada à prática de desequilíbrio político no regime soberano, pois o direito subjetivo sobre a vida do súdito só emerge no momento da morte. O poder está muito mais presente na morte

⁷¹ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 80.

⁷² FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

⁷³ RODRIGUES, Renê Chiquetti; SANTOS, Diego Prezzi; CARNIO, Henrique Garbellini. Biopolítica e Filosofia em Roberto Espósito: considerações introdutórias. In: **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 08, n 04, 2017, p. 2794.

que na vida, ou melhor, o “efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar.”⁷⁴

Desse modo, o conceito de *biopoder*, e a respectiva biopolítica, representa uma alteração substancial em face do poder disciplinar pois seus mecanismos têm como fundamento um interesse pela *vida do indivíduo* e da espécie humana em seu substrato biológico.

Ocorre que a partir do século XVIII há uma mudança na tecnologia de poder, não substituindo absolutamente o modelo soberano, mas agindo noutra escala. Se a tecnologia do poder soberano (mas também aquelas domesticadoras do poder disciplinar), voltavam-se ao humano social, ao indivíduo em seu corpo político, os mecanismos biopolíticos da contemporaneidade se direcionam aos aspectos biológicos do ser humano.

Exemplo disso é o dispositivo da sexualidade, a preocupação de estudo da sexualidade enquanto saber científico, bem como a proliferação de um discurso de verdade. Foucault explica que, mais marcadamente no século XIX, o discurso sexual ganhou uma nova amplitude com o alinhamento das práticas eróticas ao saber médico. Aqui houve um *hiperdesenvolvimento* do discurso, elevando a sexualidade ao patamar de teoria, de ciência, de um saber socialmente reconhecido como válido.

Igualmente, com as incursões de Freud, acreditou-se que boa parte do sofrimento ocidental advinha da ausência de se pensar a sexualidade e que os discursos vencidos pela história se fundavam em mitos irracionais, afetivos e errôneos. Houve uma nova afirmação e uma intensa produção científica na temática do erótico, mas sobretudo da normalidade e da perversão.⁷⁵

Contudo, a multiplicação discursiva em torno do sexo é causa para novo processo de subjetivação. Identificam-se inúmeras heterogeneidades sexuais e daí se separam as “normais” das “anormais”, as práticas “adequadas” e as “periféricas” diante do corpo social. As sexualidades são rotuladas segundo a idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática. Ao passo em que o discurso médico voltava-se ao cuidado da psiquê e da vida, produzia iguais interdições, ao categorizar indivíduos e os realocar para a distância do corpo social.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 203.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. In: Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2006. p. 70.

De fato, o dispositivo da sexualidade não apenas categoriza, mas cria e multiplica sujeitos anormais. Veja-se que a conhecida “mulher histérica” da psicanálise pode ser lida pelo seu revés, segundo Foucault, a partir da “*histerização* do corpo da mulher”. É o saber-poder médico investido em uma “análise exaustiva de um corpo considerado integralmente saturado de sexualidade, portador de uma patologia intrínseca e ligado organicamente ao corpo social.”⁷⁶ Assim, o corpo da mulher representa uma sexualidade invasora, como que um agente patológico sobre o conjunto social, devendo ser gerida de forma a mitigar os danos. O processo de subjetivação da mulher histérica permitiu ligar, dentro de uma conjunção, a identidade da mulher e a saúde da população.⁷⁷

Mas o dispositivo da sexualidade é apenas uma das tecnologias presentes no processo de subjetivação do biopoder por ser parte integrante de um controle e regulação do corpo vivo e da população generalizada. A administração dos corpos como locus de processos vitais comuns à espécie e uma gestão calculista sobre a vida pressupõe o uso combinado das técnicas disciplinares aplicadas nos locais em que a vida acontece. Não por outro motivo haverá o uso frequente de estatísticas como outro mecanismo apto para esse controle das populações.⁷⁸

A respeito disso, é precisamente entre os séculos XVIII e XIX que surge a ciência dos dados do Estado, a estatística, de forma a garantir a segura administração das cidades com grandes populações carentes do estabelecimento de limites. Mas o objetivo não é a disciplina perfeita do indivíduo, de modo a torná-los todos domesticados, mas é a maximização dos elementos positivos e a diminuição dos riscos e inconvenientes, determinando médias adequadas. Na era do biopoder não se almeja a perfeição, sequer é desejada. Pelo contrário, o adequado é que as estatísticas estejam dentro dos limites do regular e o anormal mantenha-se distante.⁷⁹

⁷⁶ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 86

⁷⁷ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 25

⁷⁸ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 91

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 11.

Ainda nessa toada é que Foucault irá expressar como o Estado moderno ocidental integrou uma antiga tecnologia de poder na nova forma política, qual seja, *o poder pastoral*, originado nas instituições cristãs, sobretudo pela preocupação do indivíduo em face da comunidade.⁸⁰ Apesar de dispositivo histórico, o poder pastoral deixa sua marca como a arte de governar, ora se debruçando sobre condutas específicas do rebanho, ora gerindo corpos individuais.

De fato, para Foucault, a arte de governar se distingue do poder soberano, ainda que compartilhe das preocupações acerca da governamentalidade. Primeiro porque tem como objetivo a *salvação individual* no plano espiritual, razão pela qual o pastor não pode cuidar apenas da comunidade como um todo, mas deve se deter em cada indivíduo. Igualmente, esse pastor deve estar disposto a se sacrificar por seu rebanho, rompendo com a lógica de sacrifício dos súditos pelo soberano. Por fim, o poder pastoral só pode ser exercido a partir do conhecimento da mente das pessoas, fazendo-as revelar segredos íntimos a partir da confissão. Exige-se um saber da consciência e a condição de dirigi-la.⁸¹

Pois é certo que a lógica de subjetivação contemporânea será tributária em grande medida do poder pastoral, em uma tecnologia remodelada. É que o objetivo da salvação deixará de ser plano espiritual para se dar neste mundo, assegurando a vida, a saúde, o bem-estar e a segurança dos indivíduos. Para tanto, desenvolveram-se saberes do homem em duas direções: uma global e quantitativa, ligada aos dados da população, como já visto; outra analítica, concernente ao indivíduo, sobretudo com medicina atenta ao bem-estar pessoal.⁸²

Mas não é só. A questão é que essa mudança na tecnologia de poder foge do indivíduo tomado enquanto unidade e o realoca de maneira massificada na população. Tais mecanismos, por se voltarem à vida, agem de modo global, em larga escala para gerir taxas de natalidade, reprodução e endemias. Não que isso retire o indivíduo pensado como corpo individual (pois as demais tecnologias de

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 236

⁸¹ FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 237

⁸² FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 238

poder permanecem presentes), é que os objetos de saber da biopolítica pressupõem a vida em seu meio.⁸³

Tome-se a gestão da cidade francesa de Nantes no século XVIII. Para além das cidades planejadas e constituídas com base na vontade dos soberanos ou militares, trata-se aqui de uma preocupação com o exercício do poder sobre e lateralmente às populações estabelecidas maneira orgânica no espaço da cidade. Houve uma intensificação do poder no sentido de desfazer as aglomerações desordenadas, abrir fluxos comerciais, estabelecer distritos administrativos, regulamentar as relações com o entorno rural, enfim, abrir eixos que organizam a cidade para o melhor desempenho de quatro funções: higiene, comércio, alfândega e vigilância.⁸⁴

Pelo exposto, há uma inversão na teoria aristotélica do homem enquanto animal político, ou seja, animal que além de vivo é também capaz de existir politicamente. O homem desse florescer biopolítico é um animal no qual, ao se expor na política, tem a vida colocada em discussão. Finalmente o biológico se reflete no político e o fato de viver não aparece somente nos momentos em que se oposto - a morte - entra no jogo de poder. O controle do saber e a intervenção do poder “não estará mais somente às voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida.”⁸⁵ É o fato do saber-poder se importar muito mais com a gerência da vida, do que a ameaça da morte, que lhe dará acesso ao corpo.⁸⁶

Assim, cada vez mais o indivíduo toma conta de sua humanidade, aprendendo paulatinamente que é uma espécie viva, possuidora de um corpo que demanda atenções para sua manutenção, atenções essas de níveis não apenas pessoais, mas globais. Para garantir as condições de sua existência é preciso

⁸³ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 204.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 25 - 30.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p. 134.

⁸⁶ FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p. 134.

conhecer a probabilidade de vida, repartir o espaço de modo a otimizar a imunidade e mitigar os riscos biológicos presentes no corpo social, é imprescindível o uso do aparato de poder para garantir a vida.⁸⁷

Mas há um *locus* preciso onde são aplicadas e se desenvolvem as estratégias de constituição do sujeito: o corpo do indivíduo. De fato, tanto os instrumentos disciplinares quanto as tecnologias biopolíticas têm como objeto o corpo vivo. Mas se por um lado a disciplina evoca um corpo inserto no ambiente confinado das instituições totais e possui o adestramento como objetivo, "o biopoder age sobre o corpo investido pela mecânica do ser vivo e suporte de diversos processos biológicos como a reprodução, os nascimentos, a longevidade, a mortalidade."⁸⁸

Mas mesmo a noção de corpo para Foucault é imanente ao poder. Diferentemente do que coloca Nietzsche, para quem a presença do corpo é também conceito filosófico, pensado através da noção de vontade de potência,⁸⁹ Foucault sugere o corpo apenas como espaço sobre o qual incidem as técnicas de poder. Desse modo, não há uma dimensão ontológica do corpo, ou seja, uma realidade originária e externa às relações de poder, mas apenas o resultados dos mecanismos disciplinares e biopolíticos.⁹⁰

É que mesmo quando tomado em sua dimensão mais natural, mais biológica "o corpo também está diretamente mergulhado em um campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele, elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos"⁹¹ em um conjunto de investimentos que constroem uma "economia política do corpo."⁹²

Mais detidamente na relação fulcral entre biopolítica e corpo, serão os elementos biológicos, e não mais a gestão "em detalhe" do indivíduo, que

⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p. 134.

⁸⁸ FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003, p. 91.

⁸⁹ Vide capítulo "3.2 A inconstância dos corpos", adiante.

⁹⁰ FONSECA, Angela Couto Machado. **Biopolítica e direito**: fabricação e ordenação do corpo moderno. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, p. 81.

⁹¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 28.

⁹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 28

caracterizarão o corpo. Isso porque um único fragmento da população, o corpo, carrega em si mesmo traços que se replicam na massa e servem de base para noção de espécie humana. Desse modo, o corpo leva consigo a informação da espécie e do *status quo* do regime biopolítico, afinal é fruto da gestão atenta sobre mortalidade, fecundidade e endemias em circulação. É o corpo, assim, que leva o signo do sujeito, ou seja, do indivíduo subjetivado pelos mecanismos de poderes. O corpo é a perfeita demonstração de que sujeito imanente temos na contemporaneidade, já que se mostra “pelas lentes das qualificações tomadas como ‘naturais’, ou seja, enraizadas em sua natureza biológica, colocadas como códigos que carregam o signo da normalidade e da anormalidade.”⁹³

A preocupação reiterada da biopolítica com o anormal, com o continente de pessoas doentes, não apenas o parricida, é flagrante divergência do constructo moderno do sujeito universal e emancipado. É a constatação de uma multiplicidade de subjetividades, frutos das técnicas de poder e reféns da própria identidade catalogada pelos saberes de cada prática discursiva. Porém, se por um lado os mecanismos dos processos de subjetivação categorizam as identidades, por outro elas próprias são resultado do poder difuso dos processos de objetivação, focados a domesticar o corpo transgressor.

É que os referidos processos e seus respectivos mecanismos não agem de maneira isolada, mas em uma justaposição que explica a constituição de inúmeros sujeitos. Desse modo, permanece a urgência de se investir em dispositivos aptos a neutralizar ao máximo tais agentes patológicos e destacando quais os corpos normais devem se ligar ao corpo social e quem são os anormais a serem normalizados (senão eliminados) em defesa da sociedade.

2.2 O SUJEITO COMO DADO NATURAL: BIOPOLÍTICA E SUJEITO NO PENSAMENTO DE ROBERTO ESPOSITO

Também para Roberto Esposito a biopolítica representa uma *governamentalidade* a constituir e limitar o processo de tornar-se sujeito. Constitui, como já visto, porque o poder também representa uma esfera positiva, marcando o

⁹³ FONSECA, Angela Couto Machado. **Biopolítica e direito**: fabricação e ordenação do corpo moderno. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, p. 102.

indivíduo conforme as necessidades da comunidade, qualificando-o através de certos atributos advindos das relações de poder infinitesimais, difusas e capilarizadas pelo corpo social: o poder cria o sujeito. E limita, porque impede a formação do sujeito universal teoricamente elaborado pelas luzes dos séculos XVIII e XIX: sujeito emancipado, volitivo e racional. Do contrário, tem-se um sem-número de subjetividades, categorizadas segundo a funcionalidade e desvios da norma. Porque as tecnologias de poder - incluindo as biopolíticas, mas não só - agem sobre o corpo com intensidades particulares a cada indivíduo, percebe-se que não há “o sujeito”, mas somente “um sujeito” dentre tantos outros.

Apesar de tomar a noção foucaultiana de biopolítica como ponto de partida para se pensar o regime de poder contemporâneo, Esposito adentra em uma problemática nunca plenamente resolvida pelo filósofo francês. Trata-se do “*enigma da biopolítica*”. Pergunta-se como um regime destinado a preservar a vida pôde, por tantas vezes, acabar produzindo milhares de mortes. Ao final da aula de 17 de março de 1976, Foucault argumenta que o nazismo incorpora saberes médicos na aurora da biopolítica para construir um regime de governo focado na biologia, fundamentando um racismo de Estado genocida.⁹⁴ Como o estudo e o uso de políticas de vida tiveram aplicações tão mortais? Para seguir com a crise do sujeito contemporâneo é preciso resolver esse paradoxo.

A solução apontada por Roberto Esposito se apresenta mediante o conceito de *paradigma da imunidade* ou *paradigma imunitário*. Por essa categoria, seria possível articular uma reunião entre dois efeitos de sentido, aparentemente antinômicos, um poder positivo e um poder negativo. Destarte, haveria uma relação incindível entre a vida e o poder/direito, talvez até uma relação imanente.⁹⁵ Explica-se.

A noção de *comunidade* para Esposito é inovadora na filosofia contemporânea por se centrar na origem latina do termo *communitas*. A associação dos radicais *cum* e *munus* qualifica de maneira muito precisa o significado provável da noção de comunidade, qual seja, a vinculação de todos os membros a um

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010

⁹⁵ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 82.

munus: “deveres”, “obrigações”, enfim, uma lei compartilhada.⁹⁶ Nesse sentido, a noção de *munus* pode ser comparada a uma forma bastante específica de *dom*. Porém, se na vertente da literatura antropológica de Marcel Mauss o dom é marcado por uma possibilidade gratuita de se dar algo a alguém, *munus* é a obrigação de dar, é o ônus de dar e que eventualmente poderá ser recompensado.⁹⁷

O determinante da comunidade, então, é o dever de prestar alguma espécie de tributo a alguém, nada mais. É por compartilhar desse dever comum que indivíduos de uma comunidade entram em relação, criando-se um traço identitário. Não porque se reconhecem entre si, mas porque não há nada, senão a obrigação de um tributo a se prestar, que os liga a um corpo. “Se há algo comum entre os indivíduos reunidos e ligados entre si pela comunidade é essa obrigatoriedade, esse dever de dar, que coloca a todos numa cumplicidade pela ausência”.⁹⁸ Melhor dizendo: apenas são membros aqueles que partilham do mesmo “dom a fazer”, da mesma lei em comum

Daí que o prefixo *cum* é justamente o local em que a obrigação é partilhada, onde a lei comum se abriga e se apresenta aos indivíduos reunidos, possibilitando a esses se colocarem em relação na comunidade (*communitas*). Nesses termos precisos, *communitas* é a relação entre os homens o dever de prestar o tributo entre si. A *communitas* não está em um lugar, mas é o lugar-mesmo da relação, é a relação. A “comunidade não se entende como aquilo que põe em relação determinados sujeitos, nem como um sujeito amplificado/totalizante, senão como o *ser mesmo* da relação.”⁹⁹

Não se trata de definir que lei é essa. O significado de *munus* indica apenas a impossibilidade do homem viver em isolamento. É o dever de se colocar em comunidade por não possuir em si mesmo a origem de seu ser, por se ver impedido

⁹⁶ ESPOSITO, Roberto. A lei da comunidade. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 69.

⁹⁷ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 84.

⁹⁸ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 84.

⁹⁹ “La comunidad no se entiende como aquello que pone en relación determinados sujetos, ni como un sujeto amplificado, sino como el ser mismo de la relación.” ESPOSITO, Roberto. **Comunidad, Inmunidad y Biopolítica**. Traducción de Alicia García Ruiz. Barcelona: Herder, 2009, p. 15 - 16.

de se realizar senão em comunidade.¹⁰⁰ Trata-se, pois, de uma negação, de um *nada constitutivo*, de um defeito do ser humano que nos coloca enquanto *ser-com*, nos desprivatiza e nos lança em uma teia de relações.¹⁰¹

E não se diga que a própria relação entre indivíduos é superável. A impossibilidade de suprir essa carência encontra respaldo na continuidade da história do político.¹⁰² Assim, ao se realizar a obrigação, encontrando-se na comunidade e se relacionando com demais indivíduos devedores, esta é novamente exigida, a fim de permanecer o vínculo geral com o *munus*. A lei, assim, deve ser novamente cumprida, repassando-se esse dom continuamente de um a outro personagem da comunidade.

“O pensamento da comunidade - ou através da comunidade - se refere a um dom recíproco que passa continuamente de um ao outro e que não pode, portanto, pertencer estavelmente a ninguém.”¹⁰³ Resultado da inconstância da lei, portanto, é a compreensão de que a comunidade, desde logo, não pode se realizar, pois depende de um dom (faltante) impedido de ser conservado pelos próprios membros.

A impossibilidade de realizar o dom comum - porque sempre relativo e volátil - causa a sensação geral de não pertencimento à comunidade. Essa sensação de desagregação e impropriedade de todos os membros reunidos parece ser a raiz da melancolia individual que afeta os sujeitos, retirando-os do “público” em direção ao “próprio”. Porque a comunidade é sempre outro daquilo que quer ser, não pode efetivamente “ser”, ou melhor, não pode formar um ente próprio e unitário.¹⁰⁴

Mas é verdade que há mais. Interna a essa relação, não apenas de modo negativo, mas de maneira complementar, está a *immunitas*. Imune é aquele que teve a isenção das obrigações comuns e que goza da autonomia em relação ao *ônus*

¹⁰⁰ ESPOSITO, Roberto. Comunidade e melancolia. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017 p. 87.

¹⁰¹ SANTOS, Rodrigo Ponce. A indeterminação do político: Hannah Arendt e Roberto Esposito. In: **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, 2011, p. 401. Disponível em: < www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/rodrigasantos.pdf > Acesso em: 8 ago. 2018.

¹⁰² SANTOS, Rodrigo Ponce. A indeterminação do político: Hannah Arendt e Roberto Esposito. In: **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, 2011, p. 403. Disponível em: < www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/rodrigasantos.pdf > Acesso em: 8 ago. 2018.

¹⁰³ CAMPBELL, Timothy. Prefácio: Política, imunidade, vida. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 18 - 19.

¹⁰⁴ ESPOSITO, Roberto. Comunidade e melancolia. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017 p. 87.

anteriormente contraído. Diferente do membro da comunidade, mas desdobramento necessário de seu funcionamento, esse sujeito individual garante sua condição imunitária por “não ter algo em comum” com os demais.¹⁰⁵

A relação não tem outro fim senão a manutenção de um ônus expropriatório, senão a manutenção de uma obrigação de prestar o tributo da condição de finitude do indivíduo - esse *nada constitutivo* - a qual coloca o “eu” e o “outro” em uma cumplicidade e retira a individualidade do sujeito. Mas a absoluta identidade entre o indivíduo e a comunidade é insustentável diante da impossibilidade de representação entre o “eu” e o “outro” comum. Para Esposito, o pagamento absoluto do tributo, desonerando a obrigação da dívida comum é a aniquilação da própria sociedade.¹⁰⁶

Porque o *munus* figura como possibilidade e ameaça da *communitas*, são necessários *expedientes imunitários*, os quais consistem num processo de despolitização do espaço comunitário, tornando os indivíduos independentes, como que mônadas protegidas da relação de reciprocidade imposta pelo tributo comum. Desse modo, *immunitas* não é simplesmente o oposto negativo de *munus*; não é *munus ausente*, mas é uma efetiva presença da desobrigação, a qual atua como proteção positiva, declarada, à obrigação.¹⁰⁷

A imunidade age de modo a interromper a obrigação a todos imposta, evitando-se o risco da dívida ser paga, da lacuna do vazio que compromete a existência individual. A função desse sistema imunitário político, portanto, é bastante similar àquele aplicado pelas ciências médicas, sendo muitas vezes utilizado como analogia por Roberto Esposito. Com os avanços médicos capazes de detectar culturas enfraquecidas, foi possível introduzir agentes imunológicos para impedir o contágio e reduzir a ameaça da moléstia. O agente imunológico, apesar de ser doença, fortalece o sistema.

O mesmo ocorre como o sistema imunitário: por ser insustentável sozinha frente ao risco entrópico que a ameaça, a comunidade deve ser esterilizada

¹⁰⁵CAMPBELL, Timothy. Prefácio: Política, imunidade, vida. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 19.

¹⁰⁶ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 85.

¹⁰⁷ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 86.

preventivamente. Nesse aspecto, justamente por encontrar repouso na proteção da vida, vislumbra-se um caráter negavelmente biopolítico da comunidade. Que se trate do indivíduo ou da vida em espécie, a política deseja salvar a vida mesma contra a ameaça de extinção.¹⁰⁸

No que consiste concretamente o agente imunitário irá depender da *communitas*, mas coincide com o elemento - humano ou não humano - incapaz de se envolver na mesma obrigação de prestar o dom, o que irá se reverter num impedimento de relação entre o imune e o obrigado. O agente imunitário é aquele que não participa da comunidade, visto por ela mesma como um agente estranho, no mais das vezes sendo detectado como coisa outra que não uma pessoa juridicamente tutelada. Como bem nota o autor em análise, a dose muito forte do remédio se converte em veneno e pode por em risco aquilo que visava proteger. Eis o paradigma da imunização.¹⁰⁹

O paradigma imunitário resolve o *enigma da biopolítica* (como a política da vida pôde se revelar a política da morte?) porque compreende o antônimo complementar interno à biopolítica. Nessa era em que os mecanismos de poder se voltam à critérios essencialmente biológicos do corpo e a regência da população se dá sobre o corpo em espécie, é imprescindível que haja um elemento imunológico, aplicando pequenas doses do que se deseja combater no corpo social, a fim de protegê-lo, como uma vacina. Porém, "elevar continuamente o limiar de atenção da sociedade em relação ao risco - como há tempos estamos habituados a fazer - significa bloquear seu crescimento ou até mesmo fazê-la regredir."¹¹⁰

Há uma vantagem hermenêutica no sistema proposto por Esposito porque a imunização na biopolítica compreende a "proteção negativa" da vida, na qual a aparente oposição entre morte e vida é sub-rogada pela relação de imanência entre essas situações: a morte pode ser pensada como fenômeno vital, não como externo

¹⁰⁸ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 86.

¹⁰⁹ SANTOS, Rodrigo Ponce. A indeterminação do político: Hannah Arendt e Roberto Esposito. In: **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, 2011, p. 405. Disponível em: < www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/rodrigasantos.pdf > Acesso em: 8 ago. 2018.

¹¹⁰ ESPOSITO, Roberto. Imunização e Violência. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 143.

diametralmente oposto à vida, ainda que com ela mantenha uma relação de distanciamento.¹¹¹

Para além das analogias apresentadas, a entrada do discurso médico na esfera política, apesar de se propor como uma política de garantir da vida, insere uma interação perigosa na sociedade. Os enunciados biológicos não afetam simplesmente o campo da política em defesa da sociedade, mas a biologia se permite afetar pelas metáforas bélicas para explicar a imunologia, para em seguida se voltar ao campo da defesa da *communitas*, agora não mais como um discurso de guerra, mas como discurso científico justificável enquanto modelo social. Nesse caso, a proteção da vida não reside no fechamento total frente às ameaças, mas no seu fortalecimento defensivo a partir de uma exposição controlada do perigo.¹¹²

Assim se revelou na política racial e nas práticas genocidas do nazismo, ao se identificar em outros corpos o perigo iminente à raça pura. Mas não só.

Também a Guerra do Iraque, sobretudo, constitui ponto privilegiado de interpretação do fenômeno, na medida em que foi conduzida enquanto uma guerra preventiva às eventuais ameaças, sendo certo que não foi tratada como último recurso para a manutenção da paz, mas como instrumento de imunização da *communitas*, apesar das inúmeras mortes que produziu. Trata-se de uma biopolítica preventiva que engloba a morte como elemento fundamental à persecução de seus fins.¹¹³

A política aparece cada vez mais esmagada contra os enunciados diretivos da biologia, basta considerar a relevância crescente do elemento étnico nos conflitos internacionais, o impacto da biotecnologia sobre o corpo humano, mas também "desde a centralidade da questão sanitária como índice privilegiado do funcionamento do sistema econômico, até a prioridade da exigência de segurança em todos os programas de governo."¹¹⁴

¹¹¹ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 90.

¹¹² NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 91.

¹¹³ RODRIGUES, Renê Chiquetti; SANTOS, Diego Prezzi; CARNIO, Henrique Garbellini. Biopolítica e Filosofia em Roberto Esposito: considerações introdutórias. In: **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 08, n 04, 2017, p. 2809.

¹¹⁴ ESPOSITO, Roberto. **Biopolítica y filosofía**. Buenos Aires: Grama ediciones, 2006, p.

Por este ângulo, não apenas as ações do aparelho estatal irão se deter na agência de proteção social, mas a própria comunidade estará em estreita relação com o sistema imunitário, produzindo, ela própria, uma série de fatores desagregadores para sobrevivência. A *communitas* tende a desarticular os indivíduos, identificando e expropriando as formas de vida não compatíveis nos padrões internos (*koinomônicos*) daqueles que compartilham o *munus*. Compreender esse jogo proposto por Esposito é responsabilizar também a comunidade pelos desdobramentos históricos totalitários.¹¹⁵

Ora, se nesse sistema uma subjetividade extrínseca às normas comunitais (*munus*) não é uma vida a ser protegida, será eliminada pelo seu potencial perigo para a comunidade. Porém, como visto acima, nunca haverá uma correspondência ideal entre a *communitas* e seus indivíduos, pela impossibilidade de representação entre o “eu” e o “outro”, de modo que sempre haverá uma *subjetividade infecciosa* a ser neutralizada ou ao menos assimilada por procedimentos imunitários.

Mais que explicar o *enigma da biopolítica* proposto do Foucault, o paradigma da imunidade denuncia a insuficiência do modelo iluminista de sujeito universal. É que não apenas há um sem-número de subjetividades resultantes das relações de poder, cujas identidades tornam-se acopladas ao indivíduo conforme o discurso de saber-poder, tais subjetividades não se encontram com igual proteção no campo social. Muito pelo contrário, o que há são corpos meramente biológicos lidos como infecções ao comunal, os quais não apenas carecem de proteção da *communitas* mas devem ser assimilados ou eliminados.

Se por um lado fortalecem as normas comunitais, agindo como elemento imunológico pelos traços distintivos característicos, por outro se apresentam como perigo iminente da desobrigação do ônus fundamental: impossível que a *communitas* receba os *immunitas*, sob pena de logo se encontrar inúmeros imunes sem qualquer relação de obrigação, absolutamente desagregados e irrealizados.

Isso explica, por exemplo, todo um contingente de indivíduos absolutamente desprovidos de tutela jurídica nos campos de abrigo para refugiados, indivíduos não considerados enquanto sujeito (ou sujeito de direito), mas apenas identificado em suas características naturais, biológicas. Pelo sistema imunitário, elaborado pelo rol

¹¹⁵ NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, jul/dez 2013, p. 93.

de enunciados científicos, jurídicos e políticos, alguns atingem a condição de vida qualificada, pertencendo à *communitas* e fazendo jus à proteção. Os demais, através dos mesmos enunciados, caem na cisão de vida biológica, excluídos da qualidade sujeito e mesmo da categoria de pessoa, pois são ameaça. Dessa dualidade “cria-se uma vida qualificada que se distingue da ‘vida natural’ determinando, ao mesmo tempo, o que é esta natureza. A incorporação da personalidade jurídica (a pessoa de direitos) é também ‘despersonalização.’”¹¹⁶ Os efeitos dessa dualidade que ultrapassa em muito à crise do sujeito serão objeto do próximo capítulo.

3 PESSOAS, COISAS, PESSOAS-COISAS E CORPOS.

3.1 AS PESSOAS E AS COISAS

Por longa data, a grande preocupação jurídico-científica feita a partir de uma perspectiva crítica foi perceber a insuficiência da categoria de sujeito para fins de concessão de direitos ao povo, uma vez que os próprios direitos subjetivos, plasmados sobretudo na juscivilística, destinavam-se ao sujeito tal como desenhado por Kant: emancipado intelectualmente e economicamente, mas nunca encontrado nas ruas. Sendo o sujeito impeditivo para o gozo de direitos, colocou-se a subjetividade à prova, e ela ruiu, ao menos no âmbito filosófico, como uma construção intimamente ligada ao período moderno.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 parece dar passo à uma mudança estrutural no Direito, afastando-se a centralidade do sujeito de direito e trazendo a exaltação da pessoa humana. A partir de um novo léxico ético-valorativo e um rompimento com o positivismo jurídico moderno, a pessoa humana -

¹¹⁶ SANTOS, Rodrigo Ponce. A indeterminação do político: Hannah Arendt e Roberto Esposito. In: **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, 2011, p. 407. Disponível em: < www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/rodrigossantos.pdf > Acesso em: 8 ago. 2018

e sobretudo a *dignidade* da pessoa humana passou a ser princípio jurídico fundamental.¹¹⁷

Ao avançar nas preocupações referentes ao liame entre comunidade e imunidade, em textos posteriores, Esposito questiona a presença da noção de pessoa no âmbito jurídico. Entende que o conceito de pessoa é a forma pela qual o sujeito se encontra nas ciências jurídicas no período contemporâneo, ocupando a lacuna deixada no pós-guerra entre o conceito de homem e de cidadão. Através dessa ideia, presume-se como abarcada no direito toda e qualquer esfera individual, independentemente da qualidade do sujeito.¹¹⁸

A partir daí surge uma apreciação diversa do indivíduo na qual ele deixa de ocupar a concepção neutra e abstrata de subjetividade. Pelo contrário, a pessoa perfilava um conjunto de relações propriamente humanas e se ligava à realidade concreta e presente. Contudo, não bastando a constatação meramente descritiva, o valor da *dignidade da pessoa humana* ainda trazia consigo uma proposta de alteração da realidade. Motivado pelo terror dos regimes totalitários do século XX, a Ciência Jurídica terá como nova determinação assegurar uma série de direitos e garantias fundamentais vinculados a esta pessoa concreta, “sujeito de necessidades”¹¹⁹ (não mais sujeito abstrato), idealmente visto como a sociedade de *todos*. Assim, “a pessoa humana - em quem a dignidade se prende - é necessariamente *reconhecida pelo direito como uma realidade prévia*, uma ‘realidade ontológica natural’ manifesta na pessoa concreta”.¹²⁰ Em uma palavra, a concepção de pessoa pretendeu valorar o sujeito com uma carga ética protetiva. Contudo, essa tentativa não logrou maiores êxitos, como se verá.

¹¹⁷ MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. In: **Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)**, ano 2, nº 05, 2016. Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/5/2016_05_0411_0471.pdf. Acesso em 10 set. 2018. p. 450.

¹¹⁸ ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 203 - 204.

¹¹⁹ FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. Direitos Fundamentais, dignidade da pessoa humana e o novo Código Civil: uma análise crítica. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.) **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 88.

¹²⁰ MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. In: **Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)**, ano 2, nº 05, 2016. Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/5/2016_05_0411_0471.pdf. Acesso em 10 set. 2018. p. 451 - 454.

Igualmente, na filosofia nenhum outro conceito revela tamanho consenso generalizado e ponto de convergência como aquele de pessoa. Por trás desse postulado, há um valor filosófico, ético, religioso e político que se afirma de maneira generalizada na cultura contemporânea. “Para poder reivindicar aqueles que chamamos direitos subjetivos, é preciso estar preventivamente imerso no recinto da pessoa. Assim como ser pessoa significa usufruir por si mesmo desses direitos.”¹²¹

Ocorre que o excesso ou a invasão do dispositivo da pessoa¹²² no âmbito dos direitos humanos parece produzir resultados contraditórios. Se por um lado protege-se mesmo aqueles que não são cidadãos de qualquer nação, postulando-se direitos inalienáveis e universais, por outro “nunca como hoje os direitos humanos - a partir do primeiro entre esses, aquele da vida - permanecem negados desde a raiz. Nenhum direito é tão contrariado quanto o da vida, por milhões de vítimas da fome, da doença e da guerra.”¹²³ Apesar da ampliação de garantias subjetivas trazidas com a Declaração dos Direitos do Homem de 1948, ainda assim há uma carência de proteção àqueles que estão despossuídos de qualquer material.

Fazem-se guerras preventivas numa expectativa imunitária, violam-se fronteiras da privacidade em nome de maior segurança para a população, relativiza-se a proibição categórica da prática de tortura sempre quando os fins a justificarem. Pelo menos a partir do atentado de 11 de setembro de 2001¹²⁴ os direitos universalmente proclamados a todos os homens passam a revelar o cinismo anunciado.

Em nível mais profundo que o estabelecimento do sujeito emana a abstração jurídica de pessoa. De fato, como exposto acima através da crítica foucaultiana, existe inúmeros sujeitos desviantes, formados pelas práticas e discursos de poder, reféns de processos de subjetivação que os aprisionam em suas identidades e

¹²¹ ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 204.

¹²² O conceito de *dispositivo da pessoa* elaborado por Roberto Esposito consiste naquilo que permite a distinção entre pessoas, semipessoas e não pessoas, bem como situações intermediárias no regime das coisas. É a projeção artificial que empurra indivíduos e objetos para cada circunscrição. ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 209.

¹²³ ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 203 - 204.

¹²⁴ O marco temporal é apresentado pelo próprio Roberto Esposito em ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 187.

esperam determinados comportamentos domesticados. Contudo, apesar da multiplicidade de sujeitos, todos seriam supostas pessoas. Todas as subjetividades, a histérica, o louco, o detento, a criança perversa, ao fim e ao cabo, seriam pessoas juridicamente tuteladas e objeto de uma biopolítica de preservação dos corpos.

Aqui a relação e distinção entre *sujeito* e *pessoa* guarda proporções com os *direitos subjetivos* e os *direitos humanos*. Com efeito, os direitos subjetivos, entendidos como a faculdade de exercer uma vontade racional tutelada pelo direito¹²⁵ estão ligados à figura do sujeito de direito capaz de pertencer a relações jurídicas enquanto titular de direitos e deveres, ao passo em que os direitos humanos se conectam com o princípio estruturante da *dignidade da pessoa*.

Mas como seria possível explicar que o poder soberano, na era da governamentalidade dos corpos, possa devolver uma embarcação de refugiados de guerra diretamente ao conflito bélico, negar-lhes permanência no país, ou transportá-los para outras fronteiras sem que haja a manifestação de vontade dos encaminhados?

Esposito lembra que o direito romano, nas *Instituições* de Gaio fundamentava todo o ordenamento jurídico na grande divisão tripartite entre ações processuais, pessoas e coisas.¹²⁶ A divisão é clara: quando algo não é uma ação ou uma coisa, tem-se uma pessoa, do mesmo modo que uma coisa é uma não-ação e uma não-pessoa. A "*summa divisio*" é importante na medida em que cada entidade possui um regime jurídico próprio, havendo uma relação instrumental entre elas, pois o papel das coisas é o de servir ou pertencer às pessoas. Assim, se é coisa aquilo que pertence a alguma pessoa, usufrui do estatuto de pessoa quem possui coisas ou pode exercer domínio sobre elas. Ao seu turno, as ações serviriam de meio para o exercício desimpedido do domínio das pessoas sobre as coisas, como era o caso das "*res repetere*" e da "*vindicatio in rem*", tanto é assim que pronunciamento ao final da ação consistia em dizer "*res mea est*", e não "*ius mihi est*".^{127 128}

¹²⁵ HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005, p. 306

¹²⁶ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 15.

¹²⁷ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 16 - 21.

¹²⁸ Dizia-se "a coisa é minha", e não "o direito é meu", em tradução livre, atestando que a relação entre possuidor e coisa possuída era de tipo absoluto e imediato, não necessitando de intermediação do direito.

Entretanto, a catalogação dos objetos do mundo conforme a divisão romana não se dava de maneira tão evidente quanto a primeira vista pode parecer. Nesse sentido, por exemplo, os escravos se alocavam de modo anfíbio, em um duplo estatuto, mas não apenas esses: também esposas, filhos e devedores insolventes estavam suspensos entre o regime da pessoa e o regime da coisa, não tendo autonomia jurídica própria.¹²⁹ Se é assim, a crise humanitária contemporânea talvez passe pela dificuldade em reconhecer o estatuto jurídico-político de pessoa aos tantos corpos desprovidos de conteúdo vivente, cujos direitos estão constantemente violados, aproximando-se muito mais ao regime das coisas.

Veja-se que na civilística romana havia uma espécie de *devir pessoa* capaz de auxiliar na interpretação do que se sucede na contemporaneidade. Os homens romanos adultos e livres (*pater*) eram definidos como pessoas plenas numa relação de oposição os escravos, esses remetidos ao regime das coisas, embora pudessem por vezes serem transportados ao lado das pessoas, caso libertos. Assim, enquanto permanecia claro que o *pater* ocupava a figura de pessoa para todos os efeitos, os escravos permaneciam em uma zona de indistinção.¹³⁰

O mesmo se passava com os filhos dos cidadãos romanos. Até atingirem a maioridade, ficavam sujeitos ao poder de vida e morte da parte do pai, o qual detinha a *potestas* de matá-los, vendê-los e emprestá-los. Em outras palavras, mesmo aquele que detinha uma virtualidade de pessoa só se realizava na medida em que se afastava da violência permitida e da dominação. No sistema romano, com influência decisiva em toda a modernidade¹³¹ “ninguém nasce pessoa - qualquer um pode tornar-se, porém, precisamente empurrando aqueles que o circundam para a dimensão de coisa.”¹³²

Desse modo, pessoa não é o ser humano como tal, mas somente seu *status* jurídico, que varia em face das relações com outras pessoas. Mesmo Hans Kelsen

¹²⁹ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 23.

¹³⁰ ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 205

¹³¹ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 15

¹³² ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 205

apontou em igual sentido,¹³³ ao rebater as tentativas críticas que tratavam a pessoa jurídica como ficção e "pessoa não real". Contudo, o jurista austríaco refuta essas tentativas pelo seu inverso, ou seja, não porque as pessoas jurídicas sejam ficções, mas porque "também a chamada pessoa física é uma construção artificial da ciência jurídica, que também ela é uma pessoa 'jurídica'".¹³⁴

Por seu turno, na filosofia moderna, John Locke terá grande preocupação pensar a categoria de pessoa, nem tanto da categoria social que o ocupa cada ser vivente, mas através da prova - para si e para outros - que é ator de seus próprios atos e que pode responder por eles. É uma ideia vinculada ao livre arbítrio racional, sendo que o indivíduo se apresentará como pessoa se estiver consciente de suas próprias ações e pensamentos, podendo domá-los. É porque a pessoa tem domínio de si (*dominiu sui*) que teria o direito natural de apropriar-se das coisas (*dominium rerum*). Também Hegel caminhará nesta direção ao tomar como base de qualquer propriedade a capacidade da pessoa de possuir-se, uma vez que a autoapropriação do homem é o único modelo perfeito para basear todas as outras propriedades.¹³⁵

"Pessoa não se é, mas se *tem*, como uma faculdade que, justamente por isso, pode até se perder. Eis porque o paradigma de pessoa não produz uma união, mas sim uma separação."¹³⁶ Judith Butler e Athena Athanasiou, em escritos recentes, irão investigar de maneira pontual o fenômeno da "desposseção", ou seja, a perda de tudo que é essencial para a condição humana, inclusive a subjetividade. Consideram o despossuído aquele indivíduo à mercê das arbitrariedades e abusos de terceiros, quer sejam autoridades públicas, quer sejam particulares. De maneira marcante, encontra-se o despossuído naquele que sequer possui os direitos fundamentais inerentes à forma de pessoa.¹³⁷

Butler se preocupa em distinguir pessoas que são, desde logo despossuídas - por nascerem numa condição de desposseção -, daquelas que se tornam

¹³³ Evidentemente, trata-se, aqui, de uma análise de conceitos e categorias, o que permite que esse movimento no tempo não enfrente, mas também não esqueça, as particularidades históricas inerentes ao momento em que escreveu o positivista alemão.

¹³⁴ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 192.

¹³⁵ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 37.

¹³⁶ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 27.

¹³⁷ BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Dispossession: the performative in the political**. Cambrigde, Polity Press, 2015. p. xi

despossuídas por situações supervenientes (guerra, refúgio ou políticas discriminatórias)¹³⁸. Ainda que não se adentre neste momento na desposseção originária, é possível relacionar o “tornar-se despossuído” com o “tornar-se pessoa” trabalhado por Esposito, num antagonismo simétrico. “Devir pessoa” e “tornar-se despossuído de si” são efeitos performáticos opostos de um mesmo *dispositivo da pessoa* que permite a distinção entre aquele que ocupa o locus do direito contemporâneo e aquele que está apenas sua negação enquanto coisa.

Como visto, para expiar o *munus*, para se desonerar do encargo inesgotável que se passa no *cum* e evitar que a comunidade se degenere pela insuficiência de realização dos indivíduos que a compõe, é preciso que elementos imunológicos entrem em cena, passando a integrar a comunidade de modo a expô-la ao risco e forçar a nova unificação mais resistente. Contudo, expor o *munus* ao processo de imunização significa proteger determinadas formas de vida, certas identidades, ao passo em que se fragilizam as demais. “Drogados, viciados, vadios imorais e desviados [são exemplos] que constituem perigos que justificam a defesa da sociedade em face de sua presença.”¹³⁹ Para a salvaguarda de alguma vida, a contrapartida será o enviar para a morte das demais.

É dizer que no regime biopolítico contemporâneo, inicialmente visto como destinado à proteção da vida por mecanismos de segurança, requer e aciona procedimentos de imunização que, para promoção de um equilíbrio vital da comunidade, consistem em equacionar em seus cálculos a eliminação, atacando elementos e fatores imunitários - indivíduos - capazes de agregar a comunidade pelo risco de sua desagregação.¹⁴⁰

Veja-se que nenhum regime político teve tamanha preocupação sobre a vida como o nazismo. O elemento transcendental ao nazismo, o objetivo máximo que o

¹³⁸ BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Dispossession**: the performative in the political. Cambridge, Polity Press, 2015. p. 05.

¹³⁹ FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, DhyegoCâmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 08 set. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.55306>. p. 135.

¹⁴⁰ FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, DhyegoCâmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 30abr. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.55306>. p. 136.

coloca como filosofia e programa político, é justamente a vida em seus traços mais elementares. Através de um léxico biológico, os nazistas identificaram a si mesmos enquanto raça superior ameaçada pela doença judaica e investiram no desenvolvimento de uma ciência capaz de conferir razão aos objetivos do Estado alemão. Era interpretar a política em termos biomédicos e atribuir a biomedicina uma carga política.¹⁴¹

O regime nazista ainda é tristemente ilustrativo na separação biopolítica entre aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. Visto e defendido pelo discurso médico-político como um só corpo coletivo, estabeleceu-se uma coincidência absoluta entre a identidade política e a biológico-racial, de modo que tudo o que fugia desse laço sanguíneo, notadamente os judeus, deveriam ser eliminados como uma doença infecciosa, sendo inaptos a participar dessa vida corporificada. Com efeito, o primeiro nome dado pelos nazistas a essa matéria abjeta, sobretudo a judaica, foi de “existência sem vida”: “consideravam ‘existência sem vida’ tudo o que carecia dos requisitos raciais capazes de integrar etnicamente o corpo individual no coletivo”.¹⁴² Nesses termos, a vida precária sequer era corpo, mas mera *carne*, estando muito distante da condição de pessoa.

Giorgio Agamben percebe o processo de perda de humanidade daqueles perseguidos pelos nazistas ao verificar a experiência dos campos de concentração. Em “o que resta de Auschwitz”, chama atenção para o *der Muselmann*, o “muçulmano”¹⁴³ ou homem-múmia. Eis o prisioneiro que, depois de tanto horror testemunhado, tendo vivido além do que seus companheiros tiveram oportunidade, já não dispunha de discernimento entre o bem e o mal e se encontrava numa fase de desumanização simbolizada pelo cadáver ambulante: apenas um feixe de funções físicas já sem agonia e sem vontade de viver. “Chamavam-se, no campo, muçulmanos, a saber, pessoas tomadas por um absoluto fatalismo. O fato de

¹⁴¹ ESPOSITO, Roberto. O nazismo e nós. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 167.

¹⁴² ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 201.

¹⁴³ O uso do termo nos campos de concentração “remete ao significado literal do termo árabe *muslim*, que significa quem se submete incondicionalmente à vontade de Deus, e está na origem das lendas sobre o pretenso fatalismo islâmico (...). Contudo, enquanto a resignação do *muslim* se enraíza na convicção de que a vontade de Alá está presente em cada instante, nos menores acontecimentos, o muçulmano de Auschwitz parece ter, pelo contrário, perdido qualquer vontade e qualquer consciência.” AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008, p. 52-53.

estarem prontos para a morte não equivalia, porém, a algo parecido com um ato de vontade mas a uma destruição da vontade”¹⁴⁴ e marcavam, de algum modo, o instável momento em que o homem passava a ser não-homem.¹⁴⁵

Tais antígenos imunológicos diversificados são vidas precárias despossuídas de subjetividade e mesmo da qualidade de pessoa, ou melhor, são subjetividades constituídas na ausência da pessoa. Não são tuteladas pelo direito posto porque não lhe são destinatárias. Nesse sentido, Esposito destaca como a partir das pessoas "verdadeiras" é possível identificar as ainda-não pessoas, bem como as não-mais pessoas. Quanto às primeiras, indentificam-se facilmente os incapazes, porque não têm plena a personalidade e necessitam que terceiros tomem decisões por eles. Novamente, a figura romana do filho não emancipado e o poder de vida e morte do *pater* é exemplificativo.¹⁴⁶ Por outro lado, as não-mais pessoas são as que passaram a ser lidas como coisas posteriormente, ao perderem aquilo de existencial que lhes pertenciam. São os elementos imunitários passíveis de eliminação, porque sequer são seres viventes, mas verdadeiras coisas, por terem transitado além da pessoa. Lamentavelmente, os refugiados de todo mundo são exemplos cada vez mais ilustrativos daqueles que, por causas supervenientes, transitaram à categoria das coisas, sem deter cidadania ou qualquer outra proteção jurídica, estando apenas ameaçados pelo Direito.

Deve-se perceber que pensar através da categoria do *dispositivo da pessoa* permite colocar em xeque a noção de que a morte em massa ao redor do mundo é efeito de uma má distribuição de justiça ou da carência de positivação de direitos humanos. Pelo contrário, através do dispositivo da pessoa se vê o movimento biopolítico que organiza a vida segundo critérios de valor e utilidade, diferenciando

¹⁴⁴ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 53

¹⁴⁵ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008,

¹⁴⁶ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 46

vidas que merecem viver e vidas que não merecem viver, podendo ser expostas ao risco e extermínio por não carregarem o elemento pessoal.¹⁴⁷

No Brasil, o signo distintivo entre aqueles que carregam o valor da vida e aqueles selecionados para morrer se apresenta com clareza inconfundível. Corpos abjetos como os da população LGBTI são constantemente expostos a morte: conforme dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% da população travesti e transexual brasileira é levada à prostituição em razão de preconceito sofrido nos locais de trabalho e no ambiente escolar. Igualmente, a ONG *Transgender Europe* apresentou relatório da pesquisa “*Trans Murder Monitoring*” onde o Brasil lidera o ranking mundial de países que mais assassinam a população trans.¹⁴⁸

Não bastasse, evidente o flagelo ainda desferido contra a população negra no território nacional. Na dificuldade de se selecionar apenas um caso entre as tragédias reiteradas e sistemáticas envolvendo a operações policiais e a perseguição racial, merece destaque os eventos ocorridos com o advogado e então candidato a Deputado Estadual Renato de Almeida Freitas Júnior: ao veicular sua propaganda eleitoral, em praça pública, durante regular período de campanha em 2018, foi brutalmente agredido pela Guarda Municipal de Curitiba, com tiros de munição não-letal à queima-roupa.¹⁴⁹ O episódio ganhou repercussão em razão da notoriedade do candidato e sua representatividade, mas apenas simboliza a sintomática divisão entre os seres vivos tutelados pela figura da pessoa e aqueles regidos pela categoria das coisas.

Por ocasião da premiação *Adorno Prize Lecture*, Judith Butler apresentou texto provocativo em referência a um problema moral trazido pelo filósofo que dá nome ao

¹⁴⁷ FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, Dhyego Câmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 30abr. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.55306>. p. 138.

¹⁴⁸ FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, Dhyego Câmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 30abr. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.55306>. p. 121.

¹⁴⁹ REDAÇÃO. Candidato a deputado estadual é agredido pela Guarda Municipal de Curitiba. **Brasil de Fato**, Curitiba, setembro de 2018. seção Violência. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/10/candidato-a-deputado-estadual-e-violentado-pela-guarda-municipal-de-curitiba/> > Acesso em: 11 set. 2018.

prêmio: *pode-se levar uma vida boa em uma vida ruim*? Responder essa questão é, primeiramente, colocar a questão da vida como algo que se leva, não que nos conduz, ou seja, é colocar o indivíduo de alguma forma como condutor de uma vida. A segunda problemática, porém, é que inúmeros processos da vida, sobretudo aqueles orgânicos, não podem ser direcionados ou formados de modo deliberativo, especialmente na era da biopolítica em que o poder se debruça sobre a vida.¹⁵⁰

Novamente aqui, nesta proposição, é preciso identificar que existem vidas que podem ser levadas e vidas as quais não se leva, pois não são consideradas como valorosas de proteção e podem ser expostas à morte com facilidade. A divisão conceitual tomada por Butler é a de *vidas passíveis de luto* - sendo essas as tuteladas pelo poder - e *vidas sem luto* - já despossuídas dos elementos fundamentais da pessoa trazidos pelo poder dominante biopolítico. O problema moral de Adorno alcança a nova problemática, seria possível levar essa vida moral se não há vida para ser vivida, pois já considerada dispensável ou já abandonada?¹⁵¹

3.2 A INCONSTÂNCIA DOS CORPOS

No direito contemporâneo, calcado pelo subjetivismo individualista, pessoa é o termo jurídico que confere capacidade jurídica ao corpo natural, qualificando-o e o separando da entidade biológica. Por outro lado, o próprio corpo da pessoa é colocado em uma zona de indistinção, sem gozar de um estatuto jurídico próprio no plano normativo. Com efeito, ao passo em que o corpo não pode ser instrumentalizado como coisa pelo direito romano, sequer pela pessoa que o habitava (a expressão dizia “*dominus membrorum suorum nemo videtur*”, ninguém é dono de seus membros), também não parecia atingir plenamente a condição de pessoa.¹⁵²

¹⁵⁰ BUTLER, J. Can One Lead a Good Life in a Bad Life? **Radical Philosophy**, n. 176, pp. 9-18, nov./dez. 2012. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/can-one-lead-a-goodlife-in-a-bad-life>. Acesso em: 11 set. 2018.

¹⁵¹ BUTLER, J. Can One Lead a Good Life in a Bad Life? **Radical Philosophy**, n. 176, pp. 9-18, nov./dez. 2012. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/can-one-lead-a-goodlife-in-a-bad-life>. Acesso em: 11 set. 2018.

¹⁵² ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 25.

Não que o corpo não tenha sido objeto de detida análise na história política. Pelo contrário, como se viu, o léxico médico do regime nazista elevava a raça como o elemento transcendental estruturante, com um debruçar incisivo sobre a vida em sua materialidade biológica. Contudo, sobretudo nesse momento em que há uma superprodução discursiva a respeito da *bios*, há um esvaziamento do corpo como dispositivo de identificação política: “se tudo é corpo, nada o será mais de maneira determinada, isto é, marcada e circunscrita por confins imunitários específicos”.¹⁵³ Ocorre um vazamento da potência política do corpo e, antes de vê-lo como substância plúrima e complexa, locus de constantes processos de produção, reprodução e significação, entrevê-se somente uma “carne” que precede o corpo, desprovida de significado diante da *pólis*.¹⁵⁴

Mas se é verdade que a *vida crua*,¹⁵⁵ trazida ao campo da política por seus elementos mais biológicos, é objeto de detida análise e ponto fulcral da biopolítica contemporânea, a inversão do paradigma *biotanatopolítico* se dá internamente e a partir desses pressupostos. Invertê-los, então, é repensar um biopolítica afirmativa: não mais *sobre a vida*, mas *da vida*. Em termos propositivos, é preciso afastar a declinação imunitária (autonegativa) da biopolítica, contudo, sem destituir a vida do local que ocupa, mas “inscrever na própria política a potência inovadora de uma vida repensada em toda a sua complexidade e articulação.”¹⁵⁶

Assim, verdadeiramente ignorado diante do debate jurídico que caminhou indelével ao longo dos anos está o *corpo*. Tido como dado natural e evocado somente em momentos extremos como o nascimento e a morte, o corpo nunca contou com uma adequada definição jurídica. Positivado, foi inserido na modernidade pela Magna Cartha através da fórmula do *habeas corpus*, mas torna a desaparecer nas codificações civis europeias, essas embebidas pela noção de sujeito.¹⁵⁷

¹⁵³ ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 210.

¹⁵⁴ ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 210.

¹⁵⁵ Evitou-se usar o conceito de “vida nua” para não cair nas propostas conceituais de Giorgio Agamben no projeto “O poder soberano e a vida nua”, as quais, por pertinentes que sejam, não serão objeto de investigação por ora.

¹⁵⁶ ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 199.

¹⁵⁷ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 84.

De um lado, amparam-se os argumentos para regular o corpo através do regime jurídico da pessoa a filosofia kantiana, que restringe a disposição do corpo pela impossibilidade do sujeito ser proprietário de si. Nesta tese se inspirou o *Code Napoleon* ao excluir o corpo das coisas de comércio,¹⁵⁸ bem como a Carta dos direitos fundamentais da União Europeia, a qual proíbe a transformação do corpo humano e suas partes numa fonte de lucro.¹⁵⁹

Mas, deste modo, o Direito realoca o corpo ao campo da *res extra commercium*, corroborando com a tese de um regime jurídico das coisas, pois afirmar que algo não é objeto de mercado não o exclui do âmbito das coisas. Desse lado, é certo que o cadáver leva o corpo para a categoria das coisas, mas a discussão se torna mais sensível quando investigamos o corpo a partir de suas partes individuais, uma vez que órgãos e sangue são objeto de transfusões e mesmo os embriões são amplamente comercializados. A questão que se coloca é se o corpo, ou suas partes, sendo pessoa, assim permaneceriam sob qualquer situação; ou, sendo coisa, assim seriam desde o quando.

A sensibilidade afasta a redução do corpo enquanto pessoa, mas o fato de ser sempre equivalente à pessoa vai contra a lógica. A irresolvibilidade do problema é justamente o que coloca em crise a *summa divisio* capaz de romper o dispositivo da pessoa. Essa constatação, porém, já foi tomada pelo direito, que progressivamente foi alocando o corpo a uma esfera *sui generis*. Em 1998 a Assembléia das Nações Unidas qualificou o genoma humano como patrimônio comum da humanidade. Ao assim proceder, esse novo espaço público/comum colocou a vida um espaço relativo à sacralidade.¹⁶⁰

Simone Weil, em pequeno texto provocativo próprio de seu tempo como intelectual engajada, chama atenção para esse aspecto distintivo do corpo, por possuir em si algo de sagrado. Tem-se um homem na rua, ele caminha com seus braços longos, com seus olhos azuis, com pensamentos desconhecidos e talvez

¹⁵⁸ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 85.

¹⁵⁹ Artigo 3º, 2. No domínio da medicina e da biologia, devem ser respeitados, designadamente: a proibição de transformar o corpo humano ou as suas partes, enquanto tais, numa fonte de lucro. UNIÃO EUROPEIA, **Carta dos direitos fundamentais da União Europeia**. Parlamento Europeu, 12 dez. 2000. Disponível em < http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf > Acesso em: 11 de set. 2018.

¹⁶⁰ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 88.

mediócre, mas nada disso ocupa o espaço do sagrado: nem seus braços, nem seus olhos, nem seus pensamentos, apenas ele em totalidade. E a sacralidade permanece nesse homem hipotético apesar de seus braços, olhos e pensamentos, mesmo que lhes perca todos, até depois da hora da morte.¹⁶¹

Esposito ilustra a lógica revolucionária de como a categoria de corpo se apresenta no Direito e na biopolítica contemporânea mediante a alegoria cristã da “encarnação”: “penetrado pelo espírito santo o corpo do homem acabaria por descorporizar-se numa dialética que subordina a materialidade do signo corpóreo à transcendência do sentido”.¹⁶² Aquele corpo vazio e unitário acaba se desmembrando em um lado humano e propriamente carnal e outro lado divino, constituído por algo mais que seus órgãos. Longe de unificar uma pluralidade, a encarnação separa em dois e duplica o que era originalmente uno.¹⁶³

Trata-se, então, de conferir ao corpo a possibilidade de algo que é logicamente impensável segundo a cultura clássica, a possibilidade do dois-em-um ou do um-que-se-faz-dois por carregar consigo a ambivalência entre pessoa e coisa. Mas não é necessário recorrer ao divino para que isso se aperceba. Outro exemplo elucidativo está na possibilidade de transmutação do corpo humano através da biotecnologia. Com efeito, na “experiência da prótese, do transplante ou do implante, o que penetra no organismo humano não é mais o divino, mas o órgão de outro homem; ou até mesmo algo de não vivente que ‘divinamente’, Ihe permite viver e melhorar a qualidade de sua vida”.¹⁶⁴

Essa qualidade do corpo foi amplamente verificada também por Friedrich Nietzsche, o qual relê a história europeia pelo *fio condutor do corpo*. Para o autor alemão, o mundo desde há muito já não poderia ser mais interpretado segundo as categorias modernas do Estado soberano e dos direitos individuais, motivo porque deveria ser conferida a centralidade absoluta assumida pelo corpo. “Não há política a não ser a dos corpos, sobre os corpos, nos corpos - não em oposição ao ‘espírito’, mas em um emaranhado que o integra no *bios* como forma integral de vida”.¹⁶⁵

¹⁶¹ WEIL, Simone. **La personne et le sacré**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2017, p. 26 - 27.

¹⁶² ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 211.

¹⁶³ ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 211.

¹⁶⁴ ESPOSITO, Roberto, **Bios: biopolítica e filosofia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 212.

¹⁶⁵ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 98.

Isso porque o corpo carrega em suas cicatrizes a motricidade da história e a inconstância dos acontecimentos. Nietzsche refuta precisamente o modo de fazer filosofia através da rigidez de um Ser fixo e ataca com acidez incisiva a inabilidade dos filósofos em lidarem com a mutação e a contingência. Segundo o pensamento nietzscheano a tradição ocidental trabalhou com a necessidade de se apagar os traços e vestígios de animalidade e corporiedade do homem, dando valia ao imaterial e intelectual ao invés do afetivo e instintivo. O caso é que, por trás dessas ideias ocidentais, perseveram os sintomas corporais, ainda que ignorados pelo pensamento.¹⁶⁶

Por outro lado, o fato do corpo ser tomado como condutor da história humana não significa que este é um conceito atomista e unitário, sob pena de contradição. Pelo contrário, a chave nietzscheana está em se referir ao corpo como pluralidade e processo, justamente porque, reunindo diferentes forças e instintos, estará fadado a sempre se renovar e não manter os traços que o identificam.¹⁶⁷ Aí está o caráter político da vida, sendo o corpo o local em que os homens enfrentam a luta sem trégua, capazes de se reinventar a todo tempo. Não por menos Nietzsche irá questionar o porque não aplicar no limite do possível as técnicas disponíveis pela ciência para modulação dos corpos, mudando continuamente sua programação. Desse ponto de vista, inclusive, a técnica não estaria destacada da natureza, mas seria algo extremamente natural, ainda que transfigurado.¹⁶⁸

O motivo pelo qual o corpo excede a separação entre coisas e pessoas é porque não pode ser *somente* nenhuma delas. Afinal, o ser humano experiencia a si mesmo enquanto coisa e enquanto dentro de uma coisa; porém, diferencia-se absolutamente de todas as outras coisas, porque ele é aquela coisa. O que liga homem e coisa é o corpo e somente este tem o condão de preencher o hiato que dois milênios de direito e filosofia teceram entre as duas categorias, relacionando uma na outra.¹⁶⁹

¹⁶⁶ FONSECA, Angela Couto Machado. **Biopolítica e direito: fabricação e ordenação do corpo moderno**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, p. 49-51.

¹⁶⁷ FONSECA, Angela Couto Machado. **Biopolítica e direito: fabricação e ordenação do corpo moderno**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016, p. 54.

¹⁶⁸ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 99.

¹⁶⁹ ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p. 103.

Nessa esteira, Butler sugere que seja repensada a leitura bastante moderna de que o que insere o ser humano na esfera política é seu discurso e suas capacidades racionais. Pelo contrário, muitas vezes esse discurso se dá forma irracional, ganhando significado após seu lançamento no mundo, ao passo em que os atos corpóreos sim são sempre dotados de significação política. Tal como propôs Nietzsche, Butler adverte que a forma de se reunir nos espaços públicos, onde se calar e falar, como alocamos os corpos compreende efetivamente a esfera política. Mas não apenas nesses gestos naturais estão a performatividade dos corpos, também nas demonstrações públicas de resistência ou subserviência ao poder - como quando um corpo demonstra desnutrição e falta de abrigo - igualmente aí subsiste o campo da política. Quando corpos se reúnem para sobreviver à insalubridade dos campos para refugiados há política, ainda que não haja uma ação deliberativa nos moldes do sujeito moderno.¹⁷⁰

A partir dessa leitura sobre o corpo e colocando-o como giro epistêmico contemporâneo, mesmo as vidas precárias, mesmo as vidas não passíveis de luto, mesmo os agentes imunológicos marcados para morrer ocupam a esfera pública. Mesmo no limite da desposseção será reconhecida agência política aos corpos e ali haverá alguma resistência a algum poder, razão pela qual não poderá ser ignorada.

Observar a história e a política através do corpo é dar vazão a uma multiplicidade contrária a noção de pessoa: contrastada com a impossibilidade de unificar a pluralidade de indivíduos diante do sujeito universal, o dispositivo da pessoa tentou instituir um ponto comum, fundando num traço humanitário vinculado à dignidade capaz de agregar o maior número de indivíduos anteriormente desconsiderados pelo paradigma moderno.

Demonstrou-se insuficiente, contudo, porque o caminho a ser perseguido não é o da unificação, mas o da multiplicação. Dar valor ao corpo como conceito jurídico-político singular é admitir uma complexidade de vidas e racionalidades, cada qual com formas de presença no mundo bastante diversificadas. Sendo resistência política a possibilidade de se trazer a tona um novo modo de vida, então a forma

¹⁷⁰ BUTLER, J. Can One Lead a Good Life in a Bad Life? **Radical Philosophy**, n. 176, pp. 9-18, nov./dez. 2012. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/can-one-lead-a-goodlife-in-a-bad-life>. Acesso em: 11 set. 2018.

democrática contemporânea, seguindo as proposituras de Butler, deve ser plural e corporificada.¹⁷¹

Finalmente, com o corpo sendo a via de trânsito da pessoa à coisa, é também oposição a este caminho, é ponte e ruptura entre as categorias que formularam a política e o direito por tanto tempo. Não porque o corpo traga aqueles que deixaram de ser pessoa à sua esfera original, mas porque expressa uma recusa dessa ordem dicotômica, abrindo-se para pluralidade interna à unidade. Em uma palavra, “a uma política sobre a vida [biopolítica] reage sempre uma política da vida. O corpo humano fica no meio desse contraste. Se ele é objeto de controle e de exploração, também é sujeito de revolta, a partir do momento produz resistência”¹⁷². Diante da necessidade de um novo léxico jurídico que dê conta dos problemas atuais, a semântica corpo traz essa renovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido neste singelo trabalho procurou identificar a depressão da figura do sujeito na contemporaneidade e apresentar uma eventual crise da ideia de pessoa. De início, prolegômenos históricos ilustraram o florescimento da subjetividade moderna como sendo uma contingência, fruto de formações e práticas discursivas que agruparam determinados enunciados coerentes para formar a mitologia do sujeito racional. Desse modo, verificou-se como no medievo a noção de sujeito era inexistente, bem como que a ordem social advinha dos variados *status* ocupados pelos indivíduos e pelas determinações divinas apresentadas na natureza.

O surgimento da subjetividade moderna indica por igual sua crise. Como a majestade do sujeito nasceu, está fadada a morrer, como de fato já vem se apresentando. A construção transcendental universalmente válida do sujeito racional, intelectualmente emancipado, tal como proposto por Kant, foi objeto de

¹⁷¹ “If resistance is to enact the principles of democracy for which it struggles, then resistance has to be plural and it has to be embodied. It will also entail the gathering of the ungrievable in public space, marking their existence and their demand for liveable lives, the demand to live a life prior to death, simply put.” BUTLER, J. Can One Lead a Good Life in a Bad Life? **Radical Philosophy**, n. 176, pp. 9-18, nov./dez. 2012. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/can-one-lead-a-goodlife-in-a-bad-life>. Acesso em: 11 set. 2018.

¹⁷² ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, p.120.

severas contrarrazões por Michel Foucault, ao colocar o sujeito como resultado das relações de poder imbricadas nas filigranas sociais.

É dizer, portanto, que não há apenas um sujeito, mas uma infinidade deles. Alguns com identidades tidas por *normais* pelo discurso de verdade do momento histórico, outros absolutamente rejeitados como corpos abjetos. Aos primeiros se deve a proteção, aplicando-se dispositivos de poder de modo a garantir a sobrevivência de corpos dóceis; aos segundos será destinado o extermínio, não necessariamente material, mas sobretudo político.

Verificou-se, através do paradigma imunitário, como mesmo tais elementos alienígenas ao corpo social agem de modo a projetarem mais segurança, reforçando-se o *munus*, na medida em que as dessemelhanças dos corpos abjetos são ameaças aos integrantes da *communitas*. Tais agentes imunológicos, apesar de essenciais para o funcionamento biopolítico, não ocupam o mesmo *status* compartilhados pelos destinatários da comunidade. Se por um lado estes são verdadeiras pessoas aos olhos do Direito, os agentes imunológicos se inserem fora da lógica, sendo relegados ao campo da coisa, despossuídos da capacidade humana de serem titulares de direitos e obrigações.

Por mais que o conceito de sujeito entre em crise e seja substituído pela ideia de “pessoa”, mais apegada às particularidades concretas de cada indivíduo, ainda assim é insuficiente para dar conta de um amplo espectro social. Apenas o corpo, conforme exposto por Roberto Esposito, pode dar conta de superar a *summa divisio* que impera há tanto no pensamento jusfilosófico.

Porque o corpo se apresenta como portal de trânsito da pessoa à coisa, é também ruptura entre as categorias. Não que o corpo arraste aqueles que deixaram de ser pessoa à sua esfera original, despossuídos dos elementos humanizadores, mas expressa a recusa dessa ordem dicotômica, abrindo-se para pluralidade interna à unidade. Traz, portanto, a política da vida acima da *política sobre a vida* (biopolítica), ao introduzir um novo léxico jurídico capaz de compreender as complexidades dos problemas contemporâneos. Do Projeto Genoma aos campos de refugiados destituídos de quaisquer direitos, a semântica corpo traz essa renovação, ao menos que conceitual, mas de importância basilar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Antônio. Michel Foucault e a Transposição arqueológica do sujeito transcendental Kantiano. In: **Kalagatos**, v. 4, n. 7, p. 33-66.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Dispossession**: the performative in the political. Cambridge, Polity Press, 2015.

CAMPBELL, Timothy. Prefácio: Política, imunidade, vida. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

DIAS, Rebeca Fernandes. **Pensamento jurídico moderno e seus desencontros com a biotecnologia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

ESPOSITO, Roberto. A lei da comunidade. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

ESPOSITO, Roberto, **Bios**: biopolítica e filosofia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ESPOSITO, Roberto. **Comunidad, Inmunidad y Biopolítica**. Traducción de Alicia García Ruiz. Barcelona: Herder, 2009.

ESPOSITO, Roberto. Comunidade e melancolia. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ESPOSITO, Roberto. Imunização e Violência. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ESPOSITO, Roberto. O nazismo e nós. In: **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: **Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017,

FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. Direitos Fundamentais, dignidade da pessoa humana e o novo Código Civil: uma análise crítica. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.) **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FONSECA, Angela Couto Machado. **Biopolítica e direito: fabricação e ordenação do corpo moderno**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

FONSECA, Angela Couto Machado; ARAÚJO, DhyegoCâmara de. Exposição à morte e biopolítica: uma abordagem a partir do racismo de Estado e do paradigma imunitário. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 63, n. 1, p. 117-140, abr. 2018. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/55306>>. Acesso em: 30abr. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v63i1.55306>.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da subjetividade jurídica moderna: notas sobre a constituição de nosso direito**. No prelo.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. In: **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2006.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT. Michel. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**, 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GROSSI, Paolo. **Primeira lição sobre direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GROSSI, Paolo. Justiça como lei ou lei como justiça. In: **Mitologias jurídicas da modernidade**. 2.ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 38

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. Florianópolis: Editora Fundação Boiteux, 2005.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 7. ed São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHADO, Diego Carvalho. Do sujeito de direito à pessoa humana: reflexões sobre subjetividade jurídica, teoria do direito civil e tutela da pessoa. In: **Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)**, ano 2, nº 05, 2016, p. 411-471. Disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2016/5/2016_05_0411_0471.pdf. Acesso em 10 set. 2018.

NALLI, Marcos. *Communitas/Immunitas*: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 35, p. 79-105, jul/dez. 2013.

REDAÇÃO. Candidato a deputado estadual é agredido pela Guarda Municipal de Curitiba. **Brasil de Fato**, Curitiba, setembro de 2018. seção Violência. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/10/candidato-a-deputado-estadual-e-violentado-pela-guarda-municipal-de-curitiba/>> Acesso em: 11 set. 2018.

RODRIGUES, Renê Chiquetti; SANTOS, Diego Prezzi; CARNIO, Henrique Garbellini. Biopolítica e Filosofia em Roberto Espósito: considerações introdutórias. In: **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 08, n 04, 2017.

SANTOS, Rodrigo Ponce. A indeterminação do político: Hannah Arendt e Roberto Espósito. In: **Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar**, 2011. Disponível em: < www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/rodrigasantos.pdf > Acesso em: 8 ago. 2018.

SCORSIM, Camila Taís. **Modernidade: tempo de um direito do sujeito**. Monografia (graduação em Direito), Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

STAUT JÚNIOR. Sérgio Said. **A posse no direito brasileiro da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916**. Tese (doutorado), Setor de Ciências Jurídicas Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito: Defesa: Curitiba, 2009.

UNIÃO EUROPEIA, **Carta dos direitos fundamentais da União Europeia**. Parlamento Europeu, 12 dez. 2000. Disponível em < http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf > Acesso em: 11 de set. 2018.

VILLEY, Michel. **A formação do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEIL, Simone. **La personne et le sacré**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2017.